

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASTANHEIRA DE PERA



Janeiro 2014

ÍNDICE

PARTE I - ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	2
3. OBJETIVOS GERAIS	2
4. ENQUADRAMENTO LEGAL	3
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	4
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	5
7. ACTIVACÃO DO PLANO	5
7.1. COMPETÊNCIA PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO.....	5
7.2. CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO.....	6
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS.....	7
PARTE II - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	12
1. CONCEITO DE ACTUAÇÃO	12
1.1. COMISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	12
2. EXECUÇÃO DO PLANO	15
2.1. FASE DE EMERGÊNCIA	17
2.2. FASE DE REABILITAÇÃO	20
3. ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES	20
3.1. MISSÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	21
3.1.1. Bombeiros Voluntários.....	22
3.1.2. Forças de Segurança (Posto Territorial da GNR de Castanheira de Pera)	23
3.1.3. Forças Armadas	24
3.1.4. Serviços de Saúde (INEM).....	24
3.1.5. Centro de Saúde de Castanheira de Pera	25
3.1.6. Sapadores florestais	26
3.2. MISSÃO DOS ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	26
3.3. MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS	30

PARTE III - ÁREAS DE INTERVENÇÃO	33
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	33
2. LOGÍSTICA.....	35
2.1. APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	35
2.1.1. Combustíveis e Lubrificantes.....	36
2.1.2. Alimentação, Alojamento e Agasalhos.....	36
2.1.3. Transportes.....	36
2.1.4. Material sanitário.....	37
2.1.5. Serviços técnicos	37
2.1.6. Diversos.....	37
2.1.7. Abrigos Temporários e Zonas de Concentração Local.....	37
2.2. APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES.....	38
2.2.1. Alojamento temporário, alimentação e agasalho.....	39
2.2.2. Criação e gestão de ações destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos.....	39
2.2.3. Transportes.....	39
3. COMUNICAÇÕES.....	40
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	43
4.1. GESTÃO DA INFORMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ATUANTES NAS OPERAÇÕES.....	43
4.2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES DO PLANO.....	45
4.3. INFORMAÇÃO PÚBLICA.....	47
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	50
6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	51
7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTES DE VÍTIMAS	53
8. SOCORRO E SALVAMENTO.....	56
9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS.....	58
10. PROTOCOLOS	62
PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	62
SECÇÃO I.....	62
1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL.....	62
1.1. ESTRUTURA DA PROTECÇÃO CIVIL	65

1.2.	ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES	68
2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL	70
2.1.	COMPOSIÇÃO, CONVOCAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL	71
2.2.	CRITÉRIOS E ÂMBITO PARA A DECLARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE ALERTA, CONTINGÊNCIA OU CALAMIDADE	73
2.3.	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO	74
2.3.1.	Monitorização	75
2.3.2.	Alertas.....	79
2.3.3.	Avisos	81

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Níveis de Intervenção.....	18
Figura 2 - Locais de reunião de vítimas mortais.....	60
Figura 3 - Estrutura da Proteção Civil Nacional.....	63
Figura 4 - Estrutura das operações a nível Nacional.....	69

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Exercícios para os diferentes tipos de riscos	9
Quadro 2 - Atribuições e composição das diferentes entidades que integram a CMPC	13
Quadro 3 - Aspetos da ativação do PMEPC de nível superior	19
Quadro 4 - Ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros de Castanheira de Pera	22
Quadro 5 - Ações desenvolvidas pelas forças de segurança de Castanheira de Pera (Posto Territorial da GNR)	23
Quadro 6 - Ações desenvolvidas pelas Forças Armadas.....	24
Quadro 7 - Ações desenvolvidas pelo Serviço de Saúde (INEM).....	24
Quadro 8 - Ações desenvolvidas pelo Centro de Saúde Castanheira de Pera	25
Quadro 9 - Ações desenvolvidas pelos Sapadores Florestais	26
Quadro 10 - Missões dos organismos e entidades de apoio na fase de emergência.....	27
Quadro 11 - Missões das estruturas autárquicas	30
Quadro 12 - Missões do SMPC	31
Quadro 13 - Missões da Junta de Freguesia.....	32
Quadro 14 - Procedimentos para a administração de meios e recursos.....	33
Quadro 15 - Procedimentos de apoio logístico às forças de intervenção	35
Quadro 16 - Procedimentos de apoio logístico às populações.....	38
Quadro 17 - Procedimentos relativos às comunicações	40
Quadro 19 - Rede Operacional dos Bombeiros (ROB)	42
Quadro 20 - Procedimentos para a gestão da informação entre as entidades atuantes nas operações	44
Quadro 21 - Procedimentos entre as entidades intervenientes no PMEPCCP.....	46
Quadro 22 - Procedimentos para a gestão da informação pública.....	47
Quadro 23 - Procedimentos de Evacuação.....	50
Quadro 24 - Procedimentos para a manutenção da ordem pública	51
Quadro 25 - Procedimentos para os serviços médicos e transportes de vítimas.....	53
Quadro 26 - Procedimentos para socorro e salvamento	56
Quadro 27 - Procedimentos para os serviços mortuários.....	58
Quadro 28 - Comissão Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera	71
Quadro 29 - Critérios e âmbito para a declaração de situação de alerta	73
Quadro 30 - Cores dos avisos meteorológicos, utilizados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera.....	76
Quadro 31 - Critérios de emissão dos avisos meteorológicos, utilizados pelo IPMA	77
Quadro 32 - Estados de alerta do SIOPS.....	79

ACRÓNIMOS

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

BVCP - Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro

CMPC - Comissão Municipal de Proteção Civil

CNPC - Comissão Nacional de Proteção Civil

COM - Comandante Operacional Municipal

CON - Comandante Operacional Nacional

COS - Comandante das Operações de Socorro

CPX - Comand Post Exercise

CS - Centro de Saúde

DIOPS - Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro

EP - Empresas Privadas

ESF - Equipas de Sapadores Florestais

FEB - Força Especial de Bombeiros

GIPS - Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro

GNR - Guarda Nacional Republicana

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

LivEx - Live Exercise

PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMEPCCP - Plano Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera

PROF PIN - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte

REPC - Rede Estratégica de Proteção Civil

RNPV - Rede Nacional de Postos de Vigia

ROB - Rede Operacional dos Bombeiros

SCM - Santa Casa de Misericórdia

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal

SLSS - Serviços Locais de Segurança Social

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

TO - Teatro de Operações

UFCPC - União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral

ZCL - Zonas de Concentração Local

ZCR - Zonas de Concentração e Reserva

Plano Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera

Parte I - Enquadramento Geral do Plano

Câmara Municipal de Castanheira de Pera

Data: 15 de Janeiro de 2014

PARTE I - ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil para o Concelho de Castanheira de Pera (adiante designado por PMEPCCP), é um instrumento que os Serviços Municipais passam a dispor para o desencadeamento das operações de proteção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave, catástrofe ou calamidade, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade.

Este é um plano geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem em cada âmbito territorial e administrativo do Município de Castanheira de Pera.

A situação de alerta de âmbito municipal é declarada pelo Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, autoridade municipal de proteção civil, ou na sua ausência, o seu legal substituto.

A revisão destes planos deve ser bianual ou quando existirem novos riscos ou a identificação de novas vulnerabilidades na área territorial; por mudanças do quadro legislativo em vigor; por ensinamentos adquiridos aquando da realização de exercícios ou de anteriores ativações do plano, assim como as informações decorrentes de novos estudos ou relatórios de carácter técnico ou científico, bem como de alterações nos contactos das várias entidades envolvidas neste plano.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O âmbito territorial de aplicação deste plano é de nível municipal, abrangendo o Município de Castanheira de Pera e subsequente a União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

O PMEPCCP é um documento elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem possíveis de ocorrer no concelho.

Este plano destina-se a precaver os riscos de origem natural e antrópica com possibilidade de ocorrerem no concelho de Castanheira de Pera, nomeadamente os riscos de incêndio, sismos, inundações, seca, acidentes no transporte de substâncias perigosas, movimentação de massas, contaminação de aquíferos, desertificação e colapso de estruturas, entre outros.

O Presidente da Câmara Municipal é, por inerência, o diretor o PMEPCCP e Presidente da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC). Na sua ausência, o seu substituto legal é o vereador por si designado.

3. OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos principais do PMEPCCP visam:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;

- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

A eficácia do Plano e as suas medidas dependem da concretização destes objetivos, pelo que a sua atualização deverá ser constante ao longo da sua vigência.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

A elaboração do PMEPCCP, assim como a sua execução, são sustentadas por um conjunto de legislação de âmbito geral e específica, nomeadamente:

➤ Legislação Geral

- Lei nº 27/2006 - Lei de Bases da Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro;

➤ Legislação Específica

- Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de Julho - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 72/2013, de 31 de maio;

- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.
- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de julho
- Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

A primeira versão deste plano foi elaborada em 1998 pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do Concelho de Castanheira de Pera e submetido a 9 de Outubro de 1998 ao parecer da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que o aprovou. Esta versão foi enviada para apreciação da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), sendo aprovado a 9 de Janeiro de 2002. O plano na época, não foi a Consulta Pública.

Para este plano nunca foram realizados exercícios ou simulacros, apesar dos testes necessários para uma coordenada conjugação de esforços por parte dos vários agentes de proteção civil.

Posteriormente, houve uma nova versão do PMEPCCP, aprovado a 16 de Janeiro de 2009, pela Comissão Municipal de Proteção Civil (Ata n.º1). Esta versão foi submetida à Comissão Nacional de Proteção Civil, que determinou a necessidade de proceder à revisão do PMEPCCP de acordo com o disposto na Diretiva relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil (Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho).

Este Plano desde a primeira versão, até à data, não tem registo de nenhuma ativação.

6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Plano Municipal de Emergência para o concelho de Castanheira de Pera, nesta segunda revisão, foi elaborado de acordo com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território vigentes para a área territorial do Município de Castanheira de Pera, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF PIN) e o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Neste último, foi considerado a perigosidade e risco de incêndio, por serem as que apresentam taxas de incidência mais elevadas no concelho.

7. ACTIVAÇÃO DO PLANO

A ativação do plano visa assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a rápida mobilização de meios e recursos afetos ao PMEPCCP, bem como uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos, coordenação de todos os meios e recursos disponíveis no concelho de Castanheira de Pera e outros meios de reforço que se considerem necessários para fazer face a situações de emergência.

7.1. COMPETÊNCIA PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO

Em caso de acidente grave ou catástrofe, o PMEPCCP é ativado mediante decisão da CMPC de Castanheira de Pera, ao abrigo do nº 2 do artigo 40º, concatenado com o nº 2 do artigo 38º, da Lei nº 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil), bem como com o disposto no nº 3 do artigo 3º da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro. Compete a esta Comissão acionar e coordenar todas as operações de Proteção Civil na área do concelho, de modo a prevenir riscos, atenuar ou limitar os seus efeitos, procurando assim, o mais rapidamente possível, restabelecer as condições mínimas de normalidade.

Caso seja necessário ativar o PMEPCCP e na impossibilidade de reunir em plenário a CMPC de Castanheira de Pera e em manifesta necessidade, é possível ativar este plano através da presença de 1/3 dos elementos constituintes da Comissão.

Aquando assegurada a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe, deverá ser declarada a desativação do Plano pela CMPC de Castanheira de Pera. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas na ativação do Plano, incluindo as que compõem a CMPC. Desta forma, cada entidade desenvolve os devidos procedimentos internos com as respetivas equipas e plataformas logísticas para que sejam desativados os procedimentos extraordinários adotados.

Relativamente aos meios a utilizar para difundir a ativação e desativação do PMEPCCP deverá considerar-se a extensão territorial de emergência e a gravidade da situação. Assim, deverá dar-se preferência aos órgãos de comunicação sociais locais, nomeadamente (Rádio S. Miguel e o Jornal "O Ribeira de Pera") e a página da internet da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (<http://www.cm-castanheiradepera.pt>), bem como recorrendo a editais.

7.2. CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO

Os critérios para a ativação do Plano prendem-se com a natureza dos acidentes graves ou catástrofes suscetíveis de afetar a área territorial correspondente, com os danos e prejuízos provocados por tais situações ou com o empenhamento/esgotamento dos meios e recursos a empregar.

Assim, podem ser considerados os seguintes critérios:

- Percentagem da área territorial coberta pelo plano afetada pelo acidente grave ou catástrofe;
- Efeitos na população (número de mortos, feridos, desalojados, desaparecidos ou isolados, etc.);

- Danos nos bens e património (número de habitações danificadas, edifícios indispensáveis às operações de proteção civil afetados, afetação de monumentos nacionais, etc.);
- Danos nos serviços e infraestruturas (suspensão do fornecimento de água, energias ou telecomunicações durante um período de tempo significativo, etc.);
- Danos no ambiente (descargas de matérias perigosas em aquíferos ou no solo, destruição de zonas florestais, libertação de matérias perigosas para a atmosfera, etc.);
- Características da ocorrência (caudais registados, magnitude ou intensidade sísmica, quantidade de substância libertada, etc.).

A desativação do PMEPCCP e consequente desmobilização de meios operacionais, é da competência da CMPC, após parecer do COM e do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

O Plano de Emergência deverá ser testado periodicamente através de exercícios de simulação de várias situações de emergência de diferentes níveis, tendo como finalidade testar a sua operacionalidade, manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes de proteção civil, assim como garantir a manutenção da sua eficácia e das organizações intervenientes.

Assim, será realizado um exercício de teste a este plano, no prazo máximo de 180 dias após a sua aprovação em sede de CMPC e posteriormente uma vez em cada ano civil.

Relativamente aos exercícios, estes, poderão ser realizados consoante as diferentes tipologias de risco existentes no Concelho.

Quanto ao âmbito de aplicação podem realizar-se, no mínimo, anualmente, nos anos pares, exercícios do tipo CPX (Exercício de Posto de Comando, sem meios

no terreno) e nos anos ímpares do tipo LivEx (Exercício de Ordem Operacional, com meios no terreno):

- *LivEx* (Com meios no terreno) – é um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas;

- *CPX* (de Posto de Comando) – é um exercício específico realizado em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

Estes exercícios de Proteção Civil são realizados tendo em vista alcançar diferentes objetivos de acordo com o tipo de risco considerado para o Concelho, envolvendo assim, diferentes meios humanos e materiais.

No Quadro 1 apresenta-se para cada tipo de exercício, apenas os tipos de risco mais significativos, bem como os cenários, os meios e as entidades envolvidas.

Quadro 1 - Exercícios para os diferentes tipos de riscos

	TIPOS DE RISCOS					
	INCÊNDIOS FLORESTAIS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SISMOS	NEVE	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES RODOVIÁRIOS
TIPO DE EXERCÍCIOS	CPX ou LivEx	CPX ou LivEx	CPX ou LivEx	CPX ou LivEx	CPX ou LivEx	CPX ou LivEx
MEIOS MATERIAIS ENVOLVIDOS	Meios aéreos; meios terrestres (viaturas e material de combate e abastecimento a incêndios; máquinas de rasto); sistemas de comunicação.	Ambulâncias; sistemas de comunicação; bombas de diferentes caudais fixas e móveis e bombas flutuantes; mangueiras e acoplamentos compatíveis com diferentes normas; máquinas de rasto, camiões, pá-carregadora e escavadoras.	Máquinas de rasto, pá-carregadora e escavadoras; veículos de combate a incêndios, veículos plataforma, camiões; veículo e material de salvamento e desencarceramento; ambulâncias; material de escoramento; material de fixação e estabilização.	Máquinas de rasto, pá-carregadora, niveladora, camiões; viaturas todo-o-terreno; sistemas de comunicação.	Ambulâncias; sistemas de comunicação; bombas de diferentes caudais; mangueiras e acoplamentos compatíveis com diferentes normas; veículos de combate e abastecimento a incêndios; material de escoramento; escadas de diferentes tipos.	Ambulâncias; sistemas de comunicação; viaturas de salvamento e desencarceramento.
ENTIDADES ENVOLVIDAS	GNR; GIPS; BVCP; FEB; ESF; SMPC; SLSS; SCM; CS; ICNF (GAUF); (UFCPC)	GNR; BVCP; SMPC; SLSS; SCM; CS; UFCPC	GNR; BVCP; SMPC; SLSS; SCM; CS; UFCPC; EP	GNR; BVCP; SMPC; CS; UFCPC; EP	GNR; BVCP; SMPC; ; SLSS; SCM; CS; UFCPC	GNR; BVCP; SMPC; CS;
CENÁRIOS	A Definir: Data; Hora; Local; Evento	A Definir: Data; Hora; Local; Evento	A Definir: Data; Hora; Local; Evento	A Definir: Data; Hora; Local; Evento	A Definir: Data; Hora; Local; Evento	A Definir: Data; Hora; Local; Evento

(Cont.) Quadro 1 - Exercícios para os diferentes tipos de risco

	TIPOS DE RISCOS					
	INCÊNDIOS FLORESTAIS	CHEIAS E INUNDAÇÕES	SISMOS	NEVE	INCÊNDIOS URBANOS	ACIDENTES RODOVIÁRIOS
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Testar a capacidade de fornecimento de água destinada a apoiar o combate a incêndios; - Avaliar a capacidade de extinção de incêndios florestais e outros incêndios por meio de combate aéreo; - Avaliar a capacidade dos meios aéreos executarem operações contínuas; - Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno, meios aéreos e terrestres e o posto de comando; - Testar os meios terrestres, nomeadamente viaturas e equipamentos; - Testar a capacidade logística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Testar a capacidade de bombeamento em zonas inundadas e avaliar a capacidade de extração de lamas; - Avaliar e testar a capacidade de evacuação de pessoas ao nível dos meios de transporte e acessibilidades; - Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento; - Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno, e o posto de comando; - Testar a capacidade logística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar as ações de busca técnica e/ou busca com cães; - Detetar e isolar materiais perigosos, caso se justifique; - Avaliar a eficácia de salvamentos, corte, elevação, deslocação e escoramento; - Desobstruir pontos de acesso ao local; - Simular procedimentos de evacuação e testar percursos alternativos com registo de tempos de ação; - Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento; - Testar a capacidade logística; - Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno, meios aéreos e posto e comando. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar as ações de busca e salvamento; - Desobstruir vias e locais preponderantes; - Simular procedimentos de evacuação e testar percursos alternativos com registo de tempos de ação; - Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento; - Testar a capacidade logística; - Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno, meios aéreos e posto e comando. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar as ações de busca técnica; - Detetar e isolar materiais perigosos, caso se justifique; - Testar a capacidade de fornecimento de água destinada a apoiar o combate a incêndios; - Avaliar a eficácia de salvamentos, corte, elevação, deslocação e escoramento; - Simular procedimentos de evacuação; - Avaliar a rapidez da ativação dos meios necessários para operacionalizar centros de acolhimento temporário e a eficiência da organização do acolhimento; - Testar a capacidade logística; - Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno e posto e comando. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar as ações de busca técnica; - Detetar e isolar materiais perigosos, caso se justifique; - Avaliar a eficácia de salvamentos, corte, elevação, deslocação e escoramento; - Simular procedimentos de evacuação e testar percursos alternativos com registo de tempos de ação; - Avaliar e testar a capacidade de salvamento e meios hospitalares; - Testar a capacidade logística; - Testar o equipamento de comunicação entre as equipas no terreno e posto e comando.

Nota: A indicação das entidades a envolver é uma indicação geral, pelo que aquando da organização dos exercícios deverá definir-se em concreto as entidades a envolver. O Programa de exercícios está indicado apenas para os tipos de risco mais significativos.

Plano Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera

Parte II - Organização da Resposta

Câmara Municipal de Castanheira de Pera

Data: 15 de Janeiro de 2014

Parte II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

1. CONCEITO DE ACTUAÇÃO

O conceito de atuação visa estabelecer os princípios orientadores a aplicar numa operação de emergência de proteção civil, definindo a missão, tarefas e responsabilidades dos diversos agentes, organismos e entidades intervenientes e identificando as respetivas regras de atuação. Assim, deverá assegurar-se a criação de condições favoráveis ao empenhamento, rápido e eficiente, dos recursos disponíveis e deverão ser tipificadas as medidas a adotar para resolver ou atenuar os efeitos decorrentes de um acidente grave ou catástrofe.

O Diretor do Plano é o Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, o qual assume a direção das atividades de Proteção Civil. No caso de impedimento, o seu substituto é o vereador por si designado.

O Diretor do Plano tem as seguintes intenções:

- Agir de forma adequada numa ocorrência de acidente grave ou catástrofe no Concelho;
- Garantir a boa articulação entre os elementos CMPC;
- Manter a informação atualizada relativamente ao levantamento dos riscos e necessidades no âmbito do apoio às populações afetadas por um acidente grave ou catástrofe.

1.1. COMISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL

A CMPC assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

No Quadro 2 estão descritas as atribuições da CMPC, as diversas entidades que a integram, bem como o local para realização das reuniões desta Comissão.

Quadro 2 - Atribuições e composição das diferentes entidades que integram a CMPC

ENTIDADES/ÓRGÃOS		ATRIBUIÇÕES
ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL	Comissão Municipal de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> - Acionar a elaboração do PMEPC, remetê-lo para aprovação pela CNPC e acompanhar a sua execução; - Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; - Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique; - Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil; - Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.
		<p>COMPOSIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - O presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com competências delegadas na área da Proteção Civil (existindo); - O Comandante Operacional Municipal (existindo); - Um elemento do comando do corpo de Bombeiros de Castanheira de Pera; - Guarda Nacional Republicana de Castanheira de Pera; - O Delegado de Saúde do Município de Castanheira de Pera; - Diretor do Centro de saúde de Castanheira de Pera; - Instituto de Segurança Social, IP – Serviço Local de Castanheira de Pera; - O Gabinete Técnico Florestal; - Outras entidades e serviços cujas atividades e áreas contribuem para as ações de proteção civil, nomeadamente: GIPS; ICNF; EDP; União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral; Assembleia de Compartes dos Baldios de Castanheira de Pera; Assembleia de Compartes dos Baldios do Coentral/APFLOR; Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera; Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera; Centro de Emprego de Figueiró dos Vinhos e o Veterinário Municipal)

(cont.) Quadro 2 - Atribuições e composição das diferentes entidades que integram a CMPC

ENTIDADES/ÓRGÃOS		LOCAL DE FUNCIONAMENTO
ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL	Comissão Municipal de Proteção Civil	- Salão Nobre dos paços do Concelho de Castanheira de Pera, o qual deverá ser sempre dotado das condições logísticas adequadas ao seu funcionamento.

Neste âmbito, aquando da ativação do PMEPC deverão ser constituídos dois gabinetes de apoio: um destinado a fornecer informações e avisos diretamente à população e informações sobre o evoluir da situação de emergência aos órgãos de comunicação social designado por Gabinete de Informação e Comunicação; e outro destinado a apoiar tecnicamente o diretor do PMEPCCP, designado por Gabinete de Apoio Técnico.

Gabinete de Informação e Comunicação:

- Gabinete da Presidência;
- Gabinete de Comunicação Social;
- Gabinete Informática e Telecomunicações;

Gabinete de Apoio Técnico:

- Gabinete Proteção Civil;
- Gabinete Técnico Florestal;
- Secção Administrativa, Financeira, Intervenção Socioeducativa e Cultural;
- Setor de Planeamento, Obras e Urbanismo, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos.

A Câmara Municipal é ouvida sobre o estabelecimento de medidas de utilização do solo tomadas após a declaração da situação de calamidade, nomeadamente quanto às medidas de proteção especial e às medidas preventivas adotadas para regulação provisória do uso do solo em partes delimitadas da área abrangida pela declaração, designadamente em virtude da suspensão de planos municipais de ordenamento do território ou de planos especiais de ordenamento do território.

A Autoridade Municipal de Proteção Civil é o Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, ao qual compete declarar a situação de alerta de âmbito municipal e é ouvido pelo Comandante Operacional Distrital (CODIS) para efeito de declaração da situação de alerta de âmbito supramunicipal, quando estiver em causa parte ou a totalidade da área do município de Castanheira de Pera.

As juntas de freguesia têm o dever de colaborar com o SMPC, prestando toda a ajuda que lhes for solicitada, no âmbito das suas atribuições e competências, próprias ou delegadas.

A coordenação institucional entre as várias entidades é realizada entre a CMPC de Castanheira de Pera e o representante de cada entidade que, por sua vez, estabelecem a ponte com as instituições a que pertencem.

2. EXECUÇÃO DO PLANO

No uso das suas competências e responsabilidades que legalmente lhe estão atribuídas no que respeita à direção e coordenação das operações de Proteção Civil, o Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, deverá desenvolver as ações de planeamento na Fase de Emergência e na Fase de Reabilitação, estabelecendo os meios e procedimentos, bem como as responsabilidades dos serviços, agentes, entidades e organizações de apoio, de forma a adotar as adequadas instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes durante um acidente grave ou catástrofe.

Compete ainda ao Presidente da Câmara estabelecer os procedimentos referentes aos contatos com os órgãos de comunicação social, bem como assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado não só de todos os meios e recursos disponíveis no Município, como também dos meios de reforço que venha a obter para operações de Proteção Civil em situação de emergência, garantindo dessa forma condições para minimizar os riscos, atenuar ou limitar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo.

Em todas as situações previstas no PMEPCCP aplica-se o previsto no Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º72/2013, de 31 de maio, e na Diretiva Operacional Nº 1/ANPC 2010 – Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DIOPS).

ESTRUTURA DE DIREÇÃO

A direção é assegurada pela Autoridade Política de Proteção Civil, o presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, a quem compete, nos termos do Artigo 35.º da Lei de Bases de Proteção Civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso. O presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera é apoiado pelo SMPC e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal. Na sua ausência ou impedimento, a direção do plano será assegurada pelo seu substituto legal.

ESTRUTURA DE COMANDO

É de acordo com o previsto no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) e na Diretiva Operacional Nacional nº 01/2010 de 5 de Janeiro - Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS).

Ao nível distrital, a estrutura de comando é o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS), o qual se articula, a nível nacional, com o Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), a nível municipal com o Comandante Operacional Municipal (COM), a nível da área de atuação do Corpo de Bombeiros com os Comandantes dos Corpos de Bombeiros e a nível de teatro de operações com o Comandante das Operações de Socorro (COS).

A função de COS é a primeira a ser estabelecida num teatro de operações, imediatamente após a chegada da primeira equipa de socorro. À medida que forem chegando outros recursos, ou por necessidade de substituição, poderá ocorrer a transferência de comando, obrigando nestes casos a um briefing a quem assume as funções de comando e a uma notificação da substituição a toda a estrutura operacional presente.

2.1. FASE DE EMERGÊNCIA

A fase de emergência caracteriza as ações de resposta tomadas e desenvolvidas nas primeiras horas após um acidente grave ou catástrofe e destina-se a providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização das consequências, nomeadamente as que causam impacto nos cidadãos, no património e no ambiente.

As situações de emergência podem compreender-se em quatro níveis distintos de intervenção, os quais são ativados consoante a sua ordem de gravidade verificada ou prevista de ocorrência e do número de meios necessários para lhe pôr termo, Figura 1.

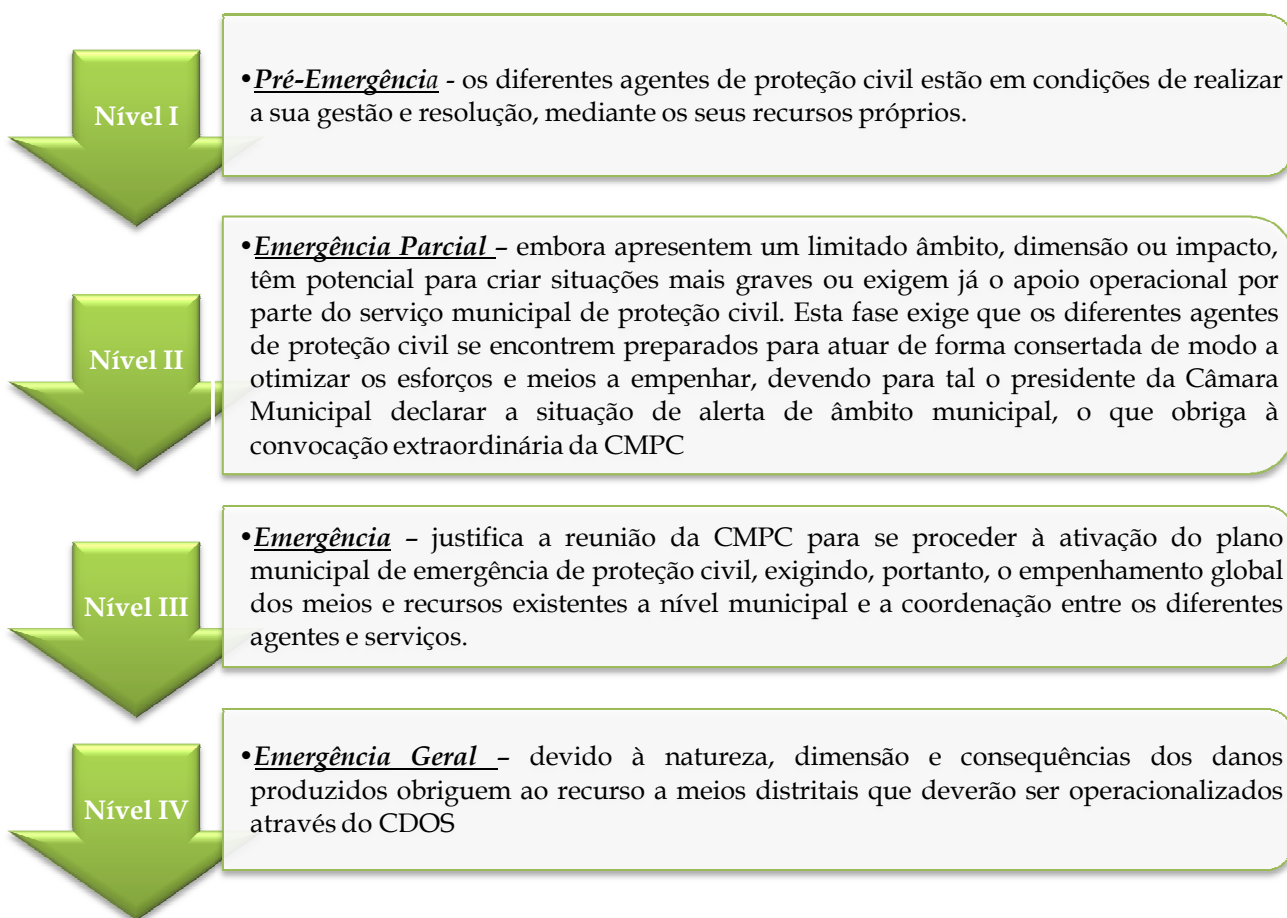


Figura 1 - Níveis de Intervenção

O ato da declaração de alerta de âmbito municipal obriga a convocação extraordinária da CMPC, permitindo que as diferentes entidades que atuam no domínio da proteção civil, no município, adotem medidas e estratégias de intervenção e analisem a necessidade da Câmara Municipal de Castanheira de Pera apoiar as diferentes operações a realizar com meios materiais e humanos próprios ou de outras entidades públicas ou privadas. Nestas situações, a Câmara Municipal deverá ainda identificar quais os serviços que deverão encontrar-se em estado de prevenção de modo a intervirem rapidamente em caso de necessidade.

Com a ativação do PMEPC depreende-se um nível superior de ativação, subentendendo os seguintes aspetos descritos no Quadro 3.

Quadro 3 - Aspetos da ativação do PMEPC de nível superior

	ASPETOS
ATIVAÇÃO DO PMEPC DE NÍVEL SUPERIOR	<ul style="list-style-type: none"> - Convocação de pessoal para constituição de equipas de prevenção; - Ativação dos gabinetes de apoio; - Colocar as entidades de apoio sob prevenção, especialmente as entidades previstas na operacionalização de centros de acolhimento temporário; - Pré-posicionamento de meios em locais de risco; - Coordenação e promovida atuação dos meios de socorro, de modo a controlar o mais rapidamente possível a situação; - Prestação de socorro adequado às pessoas em perigo, procedendo à sua busca e salvamento; - Atualização permanente da informação, a fim de saber a evolução da situação, em tempo útil, para promover a atuação oportuna dos meios de socorro; - Difusão da informação através dos órgãos de comunicação social ou por outros meios, bem como os conselhos e medidas a adotar pelas populações em risco; - Adoção de procedimentos de atuação pré-definidos para cada tipo de risco; - Evacuação dos feridos e doentes para os locais destinados ao seu tratamento; - A manutenção da lei e da ordem será assegurada e garantir-se-á a circulação nas vias de acesso necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das populações em risco; - Evacuação das zonas de risco e sendo tomadas as medidas necessárias para o alojamento, agasalho e alimentação das populações evacuadas; - Ativação dos meios materiais e humanos adicionais que se verifiquem necessários face a ocorrência; - Avisos às populações e disponibilização de informação relativa ao decorrer das operações e à localização de desalojados; - Realização das ações de mortuária adequadas à situação.

2.2. FASE DE REABILITAÇÃO

Na fase de reabilitação, após controlada a situação de emergência, serão adotadas medidas necessárias à urgente normalização da vida das populações atingidas, procedendo ao restabelecimento, o mais rápido possível, dos serviços públicos essenciais, nomeadamente a reparação da rede de saneamento básico, de distribuição de eletricidade e de telecomunicações. Outras ações a considerar são o estabelecimento de condições para o regresso das populações, bens e animais deslocados, a inspeção de edifícios e estruturas e a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar o perigo de desmoronamentos. Por outro lado, proceder-se-á também, ao apoio psicossocial da população afetada (principalmente família das vítimas e elementos das equipas de intervenção) bem como, à análise e quantificação dos danos pessoais e materiais. Assim, e só completando estas medidas é que se pode garantir a normalidade das condições de vida das populações afetadas.

3. ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES

Nas operações de proteção civil os agentes de proteção civil e as demais entidades e organismos de apoio envolvidos têm atribuições ou missões a desenvolver, em cada área de intervenção.

Assim, e segundo a Lei de Bases da Proteção Civil, são Agentes de proteção Civil, de acordo com as suas atribuições próprias:

- Os Corpos de Bombeiros;
- As Forças de Segurança;
- As Forças Armadas;
- A Autoridade Aeronáutica;
- O INEM e demais serviços de saúde;
- Os Sapadores Florestais.

A Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Os Organismos e Entidades que também estão envolvidos nestas operações são todos os serviços e instituições, públicos e privados, com dever especial de cooperação com os agentes de proteção civil ou com competências específicas em domínios com interesse para a prevenção, a atenuação e o socorro às pessoas, aos bens e ao ambiente. Entre eles contam-se:

- Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários;
- Serviços de Segurança;
- Instituto Nacional de Medicina Legal;
- Instituições de Segurança Social;
- Instituições com fins de socorro e de solidariedade;
- Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente;
- Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos.

3.1. MISSÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

Para cada agente de proteção civil foi efetuado um levantamento das principais missões que lhe são incumbidas no contexto da proteção civil de modo que estes se possam articular de forma eficaz e otimizada nas ações a desenvolver nas fases de Emergência e Reabilitação.

3.1.1. Bombeiros Voluntários

No Quadro 4 – estão descritas as ações que os Corpos de Bombeiros de Castanheira de Pera desenvolvem, tanto na fase de emergência como na fase de reabilitação.

Quadro 4 – Ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros de Castanheira de Pera

AGENTE	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
BOMBEIROS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a situação e identificar o tipo de ocorrência, o local e a extensão, o número potencial de vítimas e os meios de reforço necessários; ▪ Desenvolver ações de combate a incêndios; ▪ Socorrer as populações em caso de incêndio, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; ▪ Transportar acidentados e doentes para unidades hospitalares; ▪ Participar nas ações de evacuação primária; ▪ Colaborar nas ações de mortuária; ▪ Colaborar nas ações de aviso e alerta às populações; ▪ Promover o abastecimento de água potável às populações necessitadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver operações de rescaldo de incêndios; ▪ Apoiar o transporte de regresso de pessoas, animais e bens deslocados; ▪ Avaliar a estabilidade e segurança de edifícios e estruturas atingidos.

3.1.2. Forças de Segurança (Posto Territorial da GNR de Castanheira de Pera)

As forças de segurança, na fase de emergência e de reabilitação, desenvolvem as ações descritas no Quadro 5.

Quadro 5 – Ações desenvolvidas pelas forças de segurança de Castanheira de Pera (Posto Territorial da GNR)

AGENTE	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
FORÇAS DE SEGURANÇA (POSTO TERRITORIAL DA GNR DE CASTANHEIRA DE PERA)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver ações para promover a ordem e tranquilidade pública; Colaborar em ações de busca e salvamento; Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza; Coordenar o controlo do tráfego e manter desobstruídos os corredores de circulação de emergência; Garantir a segurança no teatro de operações e controlar os itinerários de acesso e impedir a entrada de pessoas estranhas às operações de socorro; Assegurar a rapidez e segurança das operações de evacuação de pessoas; Colaborar nas ações de mortuária; Colaborar nas ações de aviso e alerta às populações. 	<ul style="list-style-type: none"> Impedir o acesso a zonas acidentadas onde subsista risco para a segurança pública; Assegurar a proteção dos bens que fiquem abandonados em edifícios evacuados ou acidentados; Controlar o trânsito nas zonas acidentadas para facilitar o acesso e o trabalho de maquinaria pesada.

3.1.3. Forças Armadas

As forças Armadas, na *fase de emergência e reabilitação* colaboram, segundo os planos próprios e disponibilidade de recursos, nas ações descritas no Quadro 6.

Quadro 6 – Ações desenvolvidas pelas Forças Armadas

AGENTE	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
FORÇAS ARMADAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar nas ações de socorro e assistência em situações ocorrência de acidentes graves e/ou catástrofes; ▪ Colaborar nas ações de defesa do ambiente, nomeadamente no auxílio no combate e rescaldo em incêndios florestais; ▪ Prestar apoio logístico e disponibilizar infraestruturas e meios de engenharia; ▪ Colaborar na instalação de abrigos e centros de acolhimento temporário; ▪ Colaborar no abastecimento de água potável às populações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestar apoio logístico e disponibilizar infraestruturas e meios de engenharia para a remoção de destroços; ▪ Apoiar o transporte de regresso de pessoas, animais e bens deslocados.

3.1.4. Serviços de Saúde (INEM)

No Quadro 7 estão descritas as ações desenvolvidas pelo Serviço de Saúde (INEM).

Quadro 7 – Ações desenvolvidas pelo Serviço de Saúde (INEM).

AGENTE	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
SERVIÇOS DE SAÚDE (INEM)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituir e coordenar postos de triagem e de primeiros socorros; ▪ Prestar ações de socorro médico no local da ocorrência; ▪ Realizar o transporte assistido das vítimas para unidades de saúde adequadas; ▪ Montar postos médicos avançados; ▪ Colaborar nas ações de mortuária. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestar o necessário apoio psicossocial às vítimas recorrendo ao seu Centro de Apoio Psicológico e Intervenção.

3.1.5. Centro de Saúde de Castanheira de Pera

O Centro de Saúde de Castanheira de Pera, na fase de emergência desenvolve as ações descritas no Quadro 8.

Quadro 8 – Ações desenvolvidas pelo Centro de Saúde Castanheira de Pera

AGENTE	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
CENTRO DE SAÚDE DE CASTANHEIRA DE PERA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar as ações de cuidados de saúde primários; ▪ Colaborar e reforçar as ações de prestação de cuidados de saúde e socorro nos postos de triagem e hospitais de campanha; ▪ Assegurar uma permanente articulação com as unidades hospitalares e com os centros de saúde limítrofes com vista a garantir a máxima assistência médica possível; ▪ Garantir, em todas as unidades de saúde que se encontrem operativas na zona de intervenção, uma reserva estratégica de camas disponíveis para encaminhamento de vítimas; ▪ Garantir um reforço adequado de profissionais de saúde em todas as unidades de saúde que se encontrem operativas na zona de intervenção; ▪ Mobilizar e destacar para o INEM os médicos disponíveis para fins de reforço dos veículos de emergência médica, postos médicos avançados e hospitais de campanha; ▪ Prestar assistência médica às populações evacuadas; ▪ Propor e executar ações de vacinação nas zonas consideradas de risco; ▪ Promover, em conjunto com as instituições e serviços de segurança social, a continuidade da assistência; ▪ Assegurar o funcionamento dos serviços de urgência regulares, no seu âmbito. 	

3.1.6. Sapadores florestais

As ações desenvolvidas pelos Sapadores Florestais, na *fase de emergência* e de *reabilitação* estão descritas no Quadro 9.

Quadro 9 – Ações desenvolvidas pelos Sapadores Florestais

AGENTE	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
SAPADORES FLORESTAIS ESF 06_164 ESF 11_164	<ul style="list-style-type: none">▪ Vigilância;▪ Primeira intervenção;▪ Vigilância pós-incêndio;▪ Participar na difusão de avisos e informação pública às populações;▪ Participar nas ações de evacuação primária;▪ Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em perigo.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar as operações de rescaldo de incêndios florestais, de acordo com o previsto no PMDFCI.

3.2. MISSÃO DOS ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO

Para cada organismos e entidades com dever especial de cooperação com os agentes de proteção civil foi efetuado um levantamento das principais missões que lhes são atribuídas neste contexto, de modo a contribuírem para uma resposta mais eficaz e adequada nas ações a desenvolver nas fases de Emergência e Reabilitação.

No Quadro 10 estão descritas as missões dos organismos e entidades de apoio à proteção civil nas fases de emergência e reabilitação.

Quadro 10 – Missões dos organismos e entidades de apoio na fase de emergência

AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento temporário; ▪ Colaborar nas ações de mortuária; ▪ Prestar apoio psicológico, social e logístico às vítimas ilesas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestar apoio psicológico, social e logístico às vítimas ilesas; ▪ Colaborar na quantificação e qualificação de danos.
INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera e Centro Paroquial de Castanheira de Pera)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar a listagem atualizada da população desprotegida no concelho (idosos sem apoio familiar, doentes inválidos); ▪ Colaborar na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento temporário; ▪ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida; ▪ Disponibilizar meios, recursos e pessoal para apoio às ações de emergência; ▪ Realizar ações de apoio de rua direcionadas aos sem-abrigo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida; ▪ Apoiar o transporte de regresso das pessoas deslocadas; ▪ Realizar ações de apoio de rua direcionadas aos sem-abrigo.
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolher temporariamente população desalojada; ▪ Colaborar na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento temporário; ▪ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolher temporariamente a população desalojada; ▪ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida.

(Cont.) Quadro 10 – Missões dos organismos e entidades de apoio na fase de emergência

AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CASTANHEIRA DE PERA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibiliza as instalações para diversos fins de assistência humanitária, de acordo com as instruções da CMPC; ▪ Sensibilizar a comunidade para a disponibilização dos meios necessários, alojamento, agasalho, alimentação ao pessoal das equipas de intervenção e desalojados; ▪ Apoia o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; ▪ Colabora na receção e encaminhamento de voluntários, de acordo com instruções da CMPC. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoia na assistência e bem-estar das populações evacuadas; ▪ Desenvolve ações necessárias à reposição da normalidade das populações afetadas pela situação de emergência; ▪ Exerce quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.
EP – ESTRADAS DE PORTUGAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proceder, com equipamento próprio, às obras de reparação das principais vias de comunicação afetadas que se encontrem a seu cargo; ▪ Assegurar que as concessionárias, com equipamentos próprios e em tempo útil, nas principais vias sob a sua responsabilidade, realizam as tarefas de recuperação da capacidade de circulação nas áreas afetadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proceder, com equipamento próprio, às obras de reparação em vias de comunicação afetadas a seu cargo; ▪ Assegurar que as concessionárias, com equipamentos próprios e em tempo útil, nas vias sob a sua responsabilidade, desenvolvem as tarefas de recuperação da capacidade de circulação nas áreas afetadas.
EDP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suspender o abastecimento de eletricidade aos locais acidentados para diminuir o risco de explosões; ▪ Reparação de infraestruturas elétricas nos locais de apoio permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proceder às obras de reparação para garantir o rápido restabelecimento do abastecimento de eletricidade.

(Cont.) Quadro 10 – Missões dos organismos e entidades de apoio na fase de emergência

AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTANHEIRA DE PERA	<ul style="list-style-type: none"> ■ As escolas têm como missão específica a disponibilização das instalações para diversos fins de assistência humanitária, de acordo com as instruções da CMPC; ■ Sensibilizam a população escolar para as ações de Proteção Civil e realizam exercícios e treinos; ■ As escolas que dispõem de cozinha e refeitório apoiam no fornecimento de alimentação ao pessoal das equipas de intervenção e/ou desalojados; ■ Disponibiliza as instalações para diversos fins de assistência humanitária, de acordo com as instruções da CMPC. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Exerce quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.
ICNF - INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS	<ul style="list-style-type: none"> ■ Proceder à primeira intervenção nos focos de incêndio que apresentem ainda uma pequena dimensão através das suas equipas móveis com kits de primeira intervenção; ■ Apoiar ações de rescaldo e vigilância pós incêndio; ■ Participar nos briefings de planeamento de combate a incêndios na área protegida/classificada, indicando os locais prioritários a defender, do ponto de vista de conservação da natureza; ■ Apoiar as operações de combate a incêndios na área protegida/classificada, transmitindo informações úteis sobre a orografia do terreno, a transitabilidade de acessos, tipo de vegetação, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Adotar medidas de recuperação das áreas afetadas.

(Cont.) Quadro 10 – Missões dos organismos e entidades de apoio na fase de emergência

AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	FASE DE EMERGÊNCIA	FASE DE REABILITAÇÃO
PT	<ul style="list-style-type: none"> ■ Proceder com equipamento próprio, as obras de reparação das principais vias de comunicação afetadas, que se encontrem ao seu cargo; ■ Reparação de infraestruturas de comunicação nos locais de apoio permanente; ■ Apoiar as comunicações entre agentes de proteção civil e entidades e organismos de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Proceder às obras de reparação para garantir o rápido restabelecimento do abastecimento de eletricidade;

3.3. MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS

Para os gabinetes, a constituir aquando da ativação do PMEPC, recorrendo ao quadro pessoal da autarquia, estabeleceu-se um conjunto de missões que lhe são incumbidas no contexto da proteção civil de modo a contribuírem para uma resposta mais pronta e adequada na fase de *Emergência* (Quadro 11).

Quadro 11 – Missões das estruturas autárquicas

GABINETES	MISSÕES
GABINETE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Apoio logístico; ■ Gestão de informação.
GABINETE DE APOIO TÉCNICO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Apoio logístico; ■ Administração de meios e recursos; ■ Gestão de informação.

(Cont.) Quadro 11 – Missões das estruturas autárquicas

GABINETES	MISSÕES
SERVIÇO DE OBRAS, INFRAESTRUTURAS, OFICINAS, MÁQUINAS E VIATURAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a necessidade de proceder à evacuação do(s) local(s); ▪ Proceder, com equipamento próprio, às obras de reparação das principais vias de comunicação e infraestruturas básicas afetadas;
SERVIÇO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a necessidade de proceder à evacuação do(s) local(s); ▪ Avaliar a extensão dos danos causados e repor a situação,

Segundo a Lei de Bases da Proteção Civil, o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e as Juntas de Freguesia não fazem parte das entidades, mencionadas como agentes de proteção civil, contudo e dada a sua importância operacional em qualquer situação de emergência que ocorra no município, considera-se de extrema importância indicar as suas principais missões antes, durante e após as situações de emergência (Quadros 12 e 13).

Quadro 12 - Missões do SMPC

FASE DE EMERGÊNCIA	MISSÕES DO SMPC
PRÉ-EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar e colaborar nas atividades da CMPC; ▪ Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados; ▪ Organizar e participar em exercícios de emergência; ▪ Organizar e preparar atividades de formação e sensibilização junto da população no âmbito de riscos e cenários possíveis; ▪ Incentivar o voluntariado em proteção civil; ▪ Desenvolver ações de prevenção de ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.
EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a CMPC; ▪ Apoiar as ações de evacuação; ▪ Coordenar as ações de estabilização de infraestruturas; ▪ Colaborar nas ações mortuária; ▪ Apoiar as ações de aviso de alerta à população; ▪ Cooperar com institutos para alojar pessoas desalojadas;

(Cont.) Quadro 12 - Missões do SMPC

FASE DE EMERGÊNCIA	MISSÕES DO SMPC
EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Manter a informação da situação das zonas afetadas atualizada e remeter os dados ao Diretor do Plano.
REABILITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e quantificar os danos pessoais e materiais; Auxiliar na definição de prioridade de intervenção nas infraestruturas, redes de distribuição elétrica, redes de comunicação; Acompanhar as obras de reconstrução e reparação de estruturas e equipamentos atingidos; Promover o restabelecimento dos serviços essenciais junto dos organismos responsáveis (água, luz e comunicações); Contabilizar e organizar o transporte de regresso de pessoas, animais e bens deslocados; Garantir o apoio psicossocial à população afetada em articulação com as várias entidades responsáveis.

Quadro 13 - Missões da Junta de Freguesia

FASE DE EMERGÊNCIA	MISSÕES DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PERA E COENTRAL
PRÉ-EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> Identificar munícipes com incapacidades físicas ou outras, que levam à necessidade do emprego de meios especiais em caso de evacuação; Colaborar na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento temporário; Coordenar postos locais de recenseamento de voluntários; Colaborar nas ações de aviso às populações; Organizar recolhas e distribuição de alimentos, roupas e outros bens; Colaborar no abastecimento de água potável às populações.
REABILITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Ceder espaços para parquear maquinaria das operações de recuperação e reconstrução; Apoiar o transporte de regresso de pessoas, animais e bens deslocados; Colaborar na quantificação, qualificação de danos.

PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A Parte III destina-se a apresentar as áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.

1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS

A área de intervenção da administração de meios e recursos deve estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da ativação do PMEPCCP (Quadro 14).

Quadro 14 – Procedimentos para a administração de meios e recursos

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	
RESPONSÁVEL	Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera
SUBSTITUTO	Vereador do Pelouro da Proteção Civil da Câmara Municipal de
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">▪ Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);▪ Gabinete de Apoio Técnico.
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none">▪ Responsabilidade de gestão financeira e de custos;▪ Supervisão das negociações contratuais;▪ Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamento;▪ Gestão dos processos de seguro;▪ Organização de um sistema de recolha de dádivas.
MODO DE CONTACTOS COM FORNECEDORES	O Gabinete de Apoio Técnico é responsável pela aquisição de bens e serviços, mediante autorização do responsável ou seu substituto. Para tal recorrerá aos contactos com os fornecedores existentes.

No que refere ao pessoal da Administração Pública Local é nomeado e remunerado pelos organismos a que pertence, bem como o pessoal integrado nas entidades e organismos previstos no Plano Municipal de Emergência é remunerado por essas mesmas entidades e organismos.

O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deve apresentar-se na Junta de Freguesia e no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, os quais constituem Postos Locais de Recenseamento de Voluntários, se outros locais não forem divulgados.

Relativamente à aquisição de bens e serviços, para apoio às operações de Proteção Civil inerentes à ativação do presente plano, bem como de equipamentos pertencentes a privados será feita nos termos legais por requisição da CMPC e a liquidação de despesas será efetuada pelo SMPC, segundo as normas da Contabilidade Pública.

As despesas de manutenção e reparação de material, será liquidada pelas entidades e organismos intervenientes nas operações de emergência. No caso de haver despesas extraordinárias estas serão pagas pelo SMPC, através da Conta Especial de Emergência ou por verbas consignadas para o efeito. Em situações pontuais, a Câmara de Castanheira de Pera poderá auxiliar as entidades e organismos intervenientes nas operações de emergência na reparação e manutenção dos seus equipamentos, recorrendo para tal a meios próprios e aos estabelecimentos privados presentes no município.

As despesas realizadas em operações de Proteção Civil são da responsabilidade das entidades e organismos. Eventuais participações serão determinadas de acordo com o que vier a ser estabelecido superiormente.

No caso de uma determinada área do município ser declarada em Situação de Calamidade os auxílios serão concedidos de acordo com a legislação em vigor.

Os subsídios e donativos recebidos em dinheiro, com destino às operações de emergência, são administrados pelo SMPC através da Conta Especial de Emergência.

2. LOGÍSTICA

Neste ponto encontra-se definido os procedimentos e instruções referentes ao apoio logístico, quer às forças de intervenção, como ao nível de apoio às populações mais carenciadas de bens essenciais de sobrevivência.

2.1. APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

No que respeita a este ponto, em caso de emergência, importa salientar as diferentes necessidades logísticas essenciais para a prossecução das missões a decorrer no terreno, de forma ao restabelecimento, o mais rapidamente possível, das condições normais de vida.

No Quadro 15 estão descritos os procedimentos de apoio logístico às forças de intervenção.

Quadro 15 – Procedimentos de apoio logístico às forças de intervenção

APOIO LOGISTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	
RESPONSÁVEL	Serviço Municipal de Proteção Civil
SUBSTITUTO	Comandante Operacional Municipal (caso exista)
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gabinete de Apoio Técnico; ▪ SMPC; ▪ Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera; ▪ Junta de Freguesia; ▪ IPSS que atuam no município.
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelece acordos com as entidades públicas e privadas no sentido de garantir o fornecimento de bens e géneros, nomeadamente alimentos, água, combustíveis, transportes, material sanitário, e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência; ▪ Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha para assistência à emergência.

2.1.1. Combustíveis e Lubrificantes

Os combustíveis e lubrificantes são obtidos no mercado local (ou noutro local designado pelo SMPC) pelas entidades e organismos intervenientes, através de guias de fornecimento. Estas serão liquidadas posteriormente, pelo SMPC, através da sua Conta Especial de Emergência ou por verbas consignadas para o efeito.

O Gabinete de Apoio Técnico estabelecerá os procedimentos para o abastecimento de combustíveis e lubrificantes.

2.1.2. Alimentação, Alojamento e Agasalhos

A alimentação do pessoal das entidades e organismos do Estado intervenientes nas operações de socorro poderá ser efetuada pelo SMPC, apoiando-se, caso seja necessário, nas IPSS do Município.

A alimentação do pessoal voluntário, que assim o deseje, será da responsabilidade do SMPC.

Relativamente à alimentação e alojamento dos membros da CMPC serão da responsabilidade do SMPC, até que outro procedimento não seja determinado pelo Presidente da CMPC.

Deverão ser consideradas como principais infraestruturas de apoio as cantinas de instalações públicas e as cantinas das IPSS do município. Em caso de necessidade deverá recorrer-se a restaurantes do Concelho.

O alojamento do pessoal das entidades e organismos intervenientes nas operações de socorro ficará a cargo das entidades e organismos a que pertencem. Em caso de necessidade as entidades envolvidas nas ações de emergência deverão requisitar auxílio à CMPC, a qual deverá recorrer de preferência a instalações públicas para alojar temporariamente o pessoal empenhado.

2.1.3. Transportes

Por proposta do Gabinete de Apoio Técnico serão estabelecidos os procedimentos para a requisição e mobilização dos meios, recursos e funcionamento dos transportes.

2.1.4. Material sanitário

Este material está a cargo das entidades e organismos próprios intervenientes no acidente ou catástrofe. Poderão ser constituídos nas instalações dos Centros de Saúde e das Forças de Socorro, postos de fornecimento de material sanitário que, através de requisição, devem estes pedidos dar entrada na CMPC.

2.1.5. Serviços técnicos

Cabe Gabinete de Apoio Técnico determinar a necessidade de se convocar técnicos da Câmara Municipal de Castanheira de Pera ou recorrer a serviços técnicos externos, devendo o pagamento, neste último caso, ser efetuado pelo SMPC, através da Conta Especial de Emergência ou por verbas destinadas para o efeito. Este gabinete deverá ainda estabelecer programas de atuação de serviços técnicos no âmbito da reabilitação dos serviços mínimos essenciais.

2.1.6. Diversos

Poderão ser solicitados à CMPC, através do Gabinete de Apoio Técnico, mediante requisição, os artigos julgados necessários para as atividades de proteção civil.

2.1.7. Abrigos Temporários e Zonas de Concentração Local

Os locais no concelho prioritários para servirem de Zonas de Concentração e Reserva (ZCR) ao pessoal das entidades e organismos intervenientes nas operações de socorro são o Salão Nobre dos Paços do Concelho ou o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera.

Para o caso de não haver capacidade suficiente nestes dois equipamentos ou estes serem afetados por uma catástrofe, poderá ser também utilizado o Salão da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral e o auditório do SADESIL.

Relativamente aos abrigos temporários existem diversos locais para este fim, de acordo com o Mapa 30, da Seção II da Parte IV do presente plano.

2.2. APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

Os procedimentos de apoio logístico às populações estão descritos no Quadro 16.

Quadro 16 – Procedimentos de apoio logístico às populações

APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	
RESPONSÁVEL	Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera
SUBSTITUTO	Representante da Segurança Social
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera; ▪ Centro Regional de Segurança Social de Leiria; ▪ Serviço Municipal de Proteção Civil; ▪ Gabinete de Apoio Técnico; ▪ Gabinete de Informação e Comunicação; ▪ Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera; ▪ Juntas de Freguesia; ▪ IPSS que atuam no município;
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelece acordos com as entidades públicas e privadas no sentido de garantir o fornecimento de bens e géneros, nomeadamente alimentos, água, combustíveis, agasalhos, material sanitário, e outros artigos essenciais à população deslocada; ▪ Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha para assistência à emergência; ▪ Garantir o registo de todas as pessoas que se encontram nos locais de acolhimento temporário; ▪ Organiza os meios de transporte para a população deslocada.

2.2.1. Alojamento temporário, alimentação e agasalho

O abrigo provisório, a alimentação e o agasalho das populações evacuadas será da responsabilidade do SMPC, através de verbas disponibilizadas superiormente para o efeito, podendo este serviço contar ainda com a colaboração das IPSS do município.

Os locais de alojamento temporário deverão apresentar todas as condições mínimas de apoio (dormidas, alimentação e higiene pessoal), bons acessos, mas também locais de informação à população.

2.2.2. Criação e gestão de ações destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos

A criação e gestão de ações destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos são da responsabilidade da Câmara Municipal de Castanheira de Pera em estreita colaboração com o SMPC.

2.2.3. Transportes

Em caso de evacuação será necessário disponibilizar transportes para a população que não possua viaturas próprias, de forma a que possa ser deslocada para locais seguros ou locais de abrigo temporário. A requisição dos meios de transporte e a coordenação da movimentação da população ficarão a cargo da CMPC.

Refere-se ainda que, relativamente ao apoio a prestar à população efetuou-se um levantamento dos idosos isolados ou sozinhos, de forma a facilitar a evacuação dos mesmos, em caso de necessidade (Mapa 1 - Anexo I).

3. COMUNICAÇÕES

Neste ponto e de forma a poder enviar rapidamente os meios e recursos necessários para o restabelecimento das normais condições de vida da população é necessário proceder à inspeção dos locais afetados e transmitir rapidamente informações à CMPC, de forma precisa, coerente e concisa.

No Quadro 17 verifica-se os procedimentos referentes às comunicações.

Quadro 17 - Procedimentos relativos às comunicações

COMUNICAÇÕES	
RESPONSÁVEL	Comandante das Operações de Socorro
SUBSTITUTO	Estrutura do Comando dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera ■ GNR ■ SMPC
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ■ Garante a ligação entre as entidades com responsabilidades de coordenação e os diversos organismos com missões atribuídas para as operações de socorro e assistência a realizar; ■ Estabelece o plano de comunicações entre todas as entidades e organismos envolvidos, de acordo com a situação de emergências; ■ Auxiliar nas ações de operacionalização dos meios de comunicação; ■ Manter um registo atualizado do estado das comunicações e dos constrangimentos existentes.

No teatro de operações (TO) competirá ao COS estabelecer o plano de comunicações e definir, em articulação com o CDOS de Leiria, os canais de comando, táticos e de manobra. Cada TO deverá ser considerado como um núcleo isolado, sendo que qualquer contacto rádio com e a partir do mesmo, será feito em exclusivo através do Posto de Comando Operacional e pelo CDOS.

O sistema de comunicações operacionais de proteção civil tem como objetivo assegurar as ligações entre os serviços, agentes, entidades e organizações de apoio que intervêm no PMEPC, utilizando os meios das telecomunicações públicas e privadas, nomeadamente as redes telefónicas fixas e móveis, Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC), Rede Operacional dos Bombeiros (ROB) e Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

REDE OPERACIONAL DOS BOMBEIROS (ROB)

O controlo da ROB (Quadro 19) é efetuada a partir do CDOS e divide-se em quatro conjuntos de canais:

- Canal de comando - no TO assegura a ligação entre o Posto de Comando Operacional, as frentes, os setores e as Zonas de Concentração e Reserva (ZCR);
- Canal tático - no TO assegura a ligação entre os setores e os grupos de combate e/ou veículos operacionais isolados;
- Canal de manobra - no teatro de operações assegura a ligação entre os grupos de combate, os veículos operacionais e as respetivas equipas.

Em canal de manobra, têm ainda acesso à ROB entidades, especialmente autorizadas pela ANPC, que possuam meios de combate a incêndios e estejam empenhadas em operações conjuntas com os Corpos de Bombeiros.

Quadro 18 - Rede Operacional dos Bombeiros (ROB)

Canal (VHF-FM)		Tp	Tx	TpTx	TpRx
106	Candeeiros	168.5125	173.1125	151.4	—
201	Manobra	M 01	152.5875	152.5875	110.9
202		M 02	152.6000	152.6000	110.9
203		M 03	152.6125	152.6125	110.9
204		M 04	152.6250	152.6250	110.9
205		M 05	152.6750	152.6750	110.9
206		M 06	152.6875	152.6875	110.9
207		M 07	152.7000	152.7000	110.9
208	Comando	C 01	152.7125	152.7125	110.9
209		C 02	152.7250	152.7250	110.9
210		C 03	152.7375	152.7375	110.9
211	Tática	T 01	152.9250	152.9250	110.9
212		T 02	152.9375	152.9375	110.9
213		T 03	152.9500	152.9500	110.9
214		T 04	152.9625	152.9625	110.9
215		T 05	152.9750	152.9750	110.9

SISTEMA INTEGRADO DE REDE DE EMERGÊNCIA E SEGURANÇA DE PORTUGAL (SIRESP)

O SIRESP é um sistema único de comunicações, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação, de acordo com o Decreto-Lei nº 167/2006, de 16 de Agosto.

Os radioamadores licenciados colaboram no sistema de comunicações de emergência, reforçando as redes existentes ou substituindo as inoperativas. Caberá à CMPC avaliar a necessidade de se recorrer a meios de comunicação adicionais de modo a garantir a ligação entre os vários elementos constituintes dos grupos de intervenção e desencadear as ações indispensáveis para a normalização das comunicações.

4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A gestão da informação é um processo que consiste nas atividades de busca ou recolha, classificação, processamento e/ou tratamento e divulgação da informação, sendo o seu objetivo transmitir informação de uma forma mais eficiente e rápida para as pessoas que necessitam dela, para que desta forma se possam tomar as decisões corretas.

A gestão da informação de emergência divide-se em três grandes componentes:

- Gestão de informação entre as entidades atuantes nas operações;
- Gestão da informação às entidades intervenientes do Plano;
- Informação pública.

4.1. GESTÃO DA INFORMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ATUANTES NAS OPERAÇÕES

Uma das formas de transmissão das informações entre os agentes e organismos intervenientes nas operações de emergência, é a elaboração de um plano de ação, o qual obriga a reuniões (briefings) regulares pelo TO, no momento da resposta.

Assim, para a gestão de informação entre as entidades atuantes nas operações, está previsto no PMEPCCP o seguinte tipo de informação:

- Pontos de situação e perspetivas de evolução futura;
- Cenários e modelos de previsão (caso existam);
- Dados ambientais e sociais;
- Outras informações julgadas pertinentes.

No Quadro 20 verificam-se os procedimentos relativos à gestão da informação entre as entidades atuantes nas operações.

Quadro 19 - Procedimentos para a gestão da informação entre as entidades atuantes nas operações

GESTÃO DE INFORMAÇÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES	
RESPONSÁVEL	Comandante das Operações de Socorro
SUBSTITUTO	COM
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes da Proteção Civil ▪ SMPC ▪ CDOS de Leiria
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolher a informação necessária para os processos de tomada de decisão; ▪ Analisar dados ambientais e sociais relevantes para o apoio à decisão nas operações de emergência; ▪ Assegurar a notificação e passagem de informação diferenciada às autoridades políticas, CDOS de Leiria, agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio.

No que respeita à responsabilização da informação entre as entidades atuantes nas operações, temos:

- ✓ O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC):

- Efetuar a recolha da informação necessária à avaliação e extensão da situação, contactando para o efeito todas as autoridades atuantes no terreno;
- Efetuar briefings regulares com o COM.

✓ Comandante Operacional Municipal (COM):

- Manter o Diretor do Plano informado de todas as situações que estão a ocorrer, fazendo a cada 30 minutos um balanço atualizado da evolução da situação;
- Promover a recolha sistemática de informação relacionada com a situação de emergência;
- Elaborar Relatórios de Situação de acordo com os modelos referenciados;
- Estabelecer o registo cronológico da evolução da situação de emergência;
- Inventariar os meios disponíveis para fazer face à ocorrência;
- Manter o registo da evolução da situação;
- Estuda e analisa a situação e propõe ao Diretor do Plano as medidas adequadas a acidente grave ou catástrofe, nomeadamente a definição de zonas prioritárias;
- Garantir a ligação com as entidades e organismos intervenientes no Plano;
- Difundir aos gabinetes e a entidades/organismos as instruções/determinações do Diretor do Plano;
- Estabelecer a ligação com o CDOS de Leiria para manter informação da situação e solicitar reforço de meios se necessário.

✓ Outros agentes de Proteção Civil e entidades atuantes:

- Reportar de imediato ao SMPC ou ao COM toda e qualquer alteração que ocorra no Teatro de Operações;

4.2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES DO PLANO

No Quadro 21 estão descritos os procedimentos entre as entidades intervenientes no PMEPCCP.

Quadro 20 – Procedimentos entre as entidades intervenientes no PMEPCCP

GESTÃO DE INFORMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES INTERVENIENTES NO PMEPCCP	
RESPONSÁVEL	Diretor do Plano
SUBSTITUTO	Vereador do Pelouro da Proteção Civil da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (caso seja delegado)
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes da Proteção Civil ▪ SMPC ▪ Gabinete de Informação e Comunicação ▪ Gabinete de Apoio Técnico ▪ Junta de Freguesia
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a obtenção de pontos de situação junto dos agentes de proteção civil e outras entidades intervenientes; ▪ Analisar dados ambientais e sociais relevantes para o apoio à decisão nas operações de emergência; ▪ Recolher e tratar informação necessária à perspetivação da evolução futura da situação de emergência; ▪ Assegurar a passagem de informação diferenciada às entidades intervenientes no PMEPC de Castanheira de Pera, designadamente autoridades políticas, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio; ▪ Elaborar com periodicidade pré-definida pontos de situação gerais;

Em relação à gestão da informação às entidades intervenientes, deverá ser disponibilizada toda a informação às entidades intervenientes do plano (autoridades, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio) na situação de acidente grave ou catástrofe de modo a mantê-las devidamente informadas sobre a situação. Este fluxo de informação destina-se a assegurar que todas as entidades mantêm níveis de prontidão e envolvimento, caso venha a ser necessária a sua intervenção.

Assim, a CMPC informará via telefone ou via rádio, todas as entidades com intervenção no plano, relativamente ao ponto de situação das operações que se estão

a desenvolver no terreno, alertando-as para que mantenham elevados níveis de prontidão.

A atualização da informação a prestar deverá ser atualizada sempre que se considere pertinente, mas nunca excedendo períodos de uma hora.

4.3. INFORMAÇÃO PÚBLICA

Relativamente à vertente de informação pública deverá ser definida a forma como a população deve ser avisada e mantida informada durante a ocorrência, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes. Os procedimentos a estabelecer devem ser claros quanto à utilização de equipamentos sonoros ou outros para aviso das populações (Quadro 22).

Quadro 21 - Procedimentos para a gestão da informação pública

GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA	
RESPONSÁVEL	Diretor do Plano
SUBSTITUTO	Vereador do Pelouro da Proteção Civil da Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Agentes da Proteção Civil ■ SMPC ■ Gabinete de Informação e Comunicação ■ Gabinete de Apoio Técnico ■ Rádio S. Miguel de Castanheira de Pera

(Cont.) Quadro 22 - Procedimentos para a gestão da informação pública

GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA	
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ■ Assegurar que a população é mantida informada de forma

contínua, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes;

- Assegurar a divulgação à população da informação disponível, incluindo números de telefone de contacto (em particular, linhas da Câmara Municipal geridas pelo Grupo de Informação e Relações Públicas), indicação de pontos de reunião ou centros de desalojados/assistência, listas de desaparecidos, mortos e feridos, locais de acesso interdito ou restrito e outras instruções consideradas necessárias;
- Divulgar informação à população sobre locais de receção de donativos e locais para inscrição para serviço voluntário;
- Organizar, preparar e realizar conferências de imprensa por determinação do Diretor do Plano;
- Garantir a articulação entre as informações divulgadas pelo Diretor do PMEPC e pela ANPC (CDOS ou CNOS).

Assim, o SMPC organiza mecanismos de divulgação da informação para a população, como página da internet da Câmara (<http://www.cm-castanheiradepera.pt/>), imprensa escrita local, sirene do quartel dos Bombeiros de Castanheira de Pera, altifalantes dos veículos das forças de segurança e dos bombeiros; editais e pessoalmente através dos membros das unidades locais de proteção civil ou outros voluntários.

A divulgação da informação será essencialmente sobre:

- Situação atual da ocorrência;
- Ações em curso para o socorro e assistência;
- Áreas de acesso restrito;
- Medidas preventivas/autoproteção e procedimentos a adotar face às situações;
- Locais de reunião, de acolhimento provisório ou de assistência;
- Receção de donativos;
- Inscrição para serviço voluntário;
- Números de telefone e locais de contacto para informações;

- Instruções para regresso de populações evacuadas.

Assim, este conjunto de informação vai permitir adequar recursos e gerir de forma mais equilibrada a utilização das equipas de resposta, potenciando a sua ação.

De acordo com a responsabilização em termos de informação pública, refere-se o seguinte:

✓ Serviço Municipal de Proteção Civil:

- Desencadeia meios de difusão de aviso e informação pública: pré-emergência, emergência e reabilitação – no que toca a riscos existentes e medidas de autoproteção a adotar;
- Assegura a informação e a sensibilização das populações;
- Articula com o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal a divulgação dos comunicados aos órgãos de comunicação social.

✓ Gabinete de Informação e Comunicação

- Estabelece a comunicação com órgãos de comunicação social, com vista à difusão da informação;
- Estabelece e informa sobre o local das conferências com os órgãos de comunicação social;
- Atua como porta-voz único para os órgãos de comunicação social.

✓ Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera

- Asseguram o cumprimento dos procedimentos de aviso por sirenes;
- Poderão colaborar também na informação através de veículos com megafones, se existirem.

✓ Junta de Freguesia: União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral

- Colaboram na difusão de avisos e informação pública às populações

✓ Igrejas e Capelas do Concelho de Castanheira de Pera:

- Tocam os sinos de forma a avisar a população em situação de emergência.

Estes sinais deverão ser definidos e divulgados junto da população, para que esta os identifique como situação de emergência.

O Diretor do Plano ou seu representante deve informar os meios de comunicação social do ponto da situação com um intervalo de uma hora.

5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

Os procedimentos de evacuação estão descritos no Quadro 23.

Quadro 22 - Procedimentos de Evacuação

PROCEDIMENTOS DE ATUAÇÃO	
RESPONSÁVEL	Guarda Nacional Republicana
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">▪ GNR▪ COM▪ Forças armadas▪ SMPC▪ Serviços de Transportes Municipais e privados
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir a segurança da evacuação;▪ Manter os corredores de circulação de emergência abertos;▪ Controlar o tráfego nas zonas afetadas;▪ Coordenar as operações de deslocação de populações.

A evacuação da população é proposta pelo COS, validada ou aprovada pela autoridade política de Proteção Civil, o Presidente da Câmara Municipal e coordenada pelas forças de segurança.

A tarefa de orientar a evacuação e a movimentação das populações, quer seja de áreas, de localidades ou de edificações, deve ser da responsabilidade da GNR. Esta evacuação será efetuada para locais de concentração, amplos e de fácil acesso.

A evacuação das populações será efetuada pelas principais vias rodoviárias do concelho (EN 236, EN 236-1; EN 347; EM 518; EM 512) para a seguinte Zona de Concentração Local (ZCL):

- Estádio da Retorta.

Após a identificação das zonas de sinistro e de apoio, o tráfego rodoviário em redor do TO deve ser reencaminhado pelas forças de segurança, de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar, nem com a mobilidade das forças de intervenção.

Por outro lado, devem ser criadas barreiras de encaminhamento de tráfego e postos de controlo, que se destinam a prestar assistência aos evacuados e a manter o fluxo da movimentação em direção às áreas e centros de alojamento. O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pelas forças de segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego.

6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Sendo a manutenção da ordem pública uma competência típica das forças de segurança, o estabelecimento de procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e das responsabilidades dos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, quanto à segurança de pessoas e bens e ao controlo do tráfego, é essencial para a prossecução dos objetivos desta atividade.

Os procedimentos para a manutenção da ordem pública estão descrito no Quadro 24.

Quadro 23 - Procedimentos para a manutenção da ordem pública

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	
RESPONSÁVEL	Guarda Nacional Republicana
ESTRUTURA DE	

COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">■ GNR■ Forças armadas■ SMPC
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none">■ Garantir as ações de manutenção da Lei e Ordem Pública;■ Garantir a segurança nas áreas de sinistro e de apoio;■ Proteger os bens pessoais, impedindo roubos e pilhagens;■ Controlar o acesso de pessoas e veículos ao TO.

A mobilização das Forças Armadas será feita de acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil n.º1/2011. Compete aos COD a solicitação ao presidente da ANPC a participação das Forças Armadas em funções de Proteção Civil nas respetivas áreas operacionais.

Em caso de manifesta emergência, os COD podem solicitar a colaboração das Forças Armadas diretamente aos comandantes das unidades implantadas na respetiva área, informando disso mesmo o Comandante Operacional Nacional (CON).

A resposta das forças de segurança será mediante a natureza e efeitos do acidente grave ou catástrofe, podendo prestar apoio às entidades responsáveis por cuidados médicos e pelo apoio à população afetada, e articular-se com entidades ligadas à área da segurança. Os vários agentes e entidades previstos no âmbito PMEPC de Castanheira de Pera deverão atuar articuladamente de modo a alcançar determinados objetivos comuns, como a conservação do maior número de vidas, o impedimento do agravamento do desastre e a minimização de prejuízos.

As forças de segurança poderão pedir auxílio a outras entidades (como SMPC) para os ajudar em tarefas de vigilância e de encaminhamento da população deslocada para as ZCL.

O acesso às zonas de sinistro e de apoio deve ser limitado às forças intervenção, ou seja, a cada zona sinistrada onde decorram ações de emergência, os acessos deverão preferencialmente ser controlados apenas por esta entidade. O

controlo dos acessos deverá ser efetuado através da criação de barreiras e patrulhamento, com vista a impedir roubos e pilhagens, incluindo a possibilidade de detenção de todos os indivíduos aí encontrados sem autorização e do condicionamento do trânsito local (afastar o trânsito do TO).

Relativamente aos procedimentos em zonas de instalações comerciais ou industriais consideradas críticas devem prever o destacamento de pessoal das forças de segurança para ser alvo de patrulhamento sempre que os meios do dispositivo operacional assim o permitam. Os procedimentos a adotar preveem o recurso a empresas privadas da especialidade, cujos vigilantes se devem apresentar uniformizados, à responsabilidade dos respetivos empresários.

7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTES DE VÍTIMAS

No Quadro 25 estão descritos os procedimentos referentes aos serviços médicos e transporte de vítimas.

Quadro 24 - Procedimentos para os serviços médicos e transportes de vítimas

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	
RESPONSÁVEL	Instituto Nacional de Emergência Médica
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Saúde ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica ▪ Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera ▪ Cruz Vermelha Portuguesa ▪ Autoridade Municipal de Saúde ▪ Forças Armadas

(Cont.) Quadro 25 - Procedimentos para os serviços médicos e transportes de vítimas

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS
--

RESPONSÁVEL	Instituto Nacional de Emergência Médica
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Saúde ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica ▪ Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera ▪ Cruz Vermelha Portuguesa ▪ Autoridade Municipal de Saúde ▪ Forças Armadas
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Receção hospitalar; ▪ Evacuação de sinistrados; ▪ Coordenação dos postos médicos, de triagem e de socorro; ▪ Gestão do uso e abastecimento de fármacos; ▪ Manutenção dos registos de sinistrados; ▪ Assegurar a montagem, organização e funcionamento de hospitais de campanha, caso seja necessário.

De acordo com a Diretiva Operacional Nacional n.º 1/2010, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, o INEM coordena todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações médicas primárias (para zonas de triagem) e secundárias (para unidades de saúde), a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, assim como a montagem de Postos Médicos Avançados.

Perante uma emergência deverá existir uma forte articulação entre o INEM (ao qual compete coordenar as ações de saúde em ambiente pré-hospitalar), a Autoridade Nacional de Saúde e o Centro de Saúde de Castanheira de Pera (Unidade de Saúde Local), de forma a maximizar a eficiência e eficácia das operações.

Numa situação de emergência com elevado número de vítimas, as primeiras equipas a prestar socorro poderão também ser incumbidos das tarefas de evacuação primária para os postos de triagem que forem criados.

Assim, compete ao comandante das operações de socorro identificar e informar o diretor do plano relativamente à quantidade previsível de meios complementares necessários para triagem, assistência pré-hospitalar e evacuação secundária das vítimas.

A identificação dos meios a solicitar é da competência da direção do plano, a qual em coordenação com o INEM, procede ao estabelecimento da ligação aos hospitais de evacuação, prestando as informações pertinentes sobre o tipo de ocorrência e o número potencial de vítimas.

Relativamente ao transporte de vítimas, esta operação será igualmente coordenada pelo INEM, o qual recorrerá a meios próprios, podendo no entanto apoiar-se nos meios de outras entidades, nomeadamente: o Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera (e corpos de bombeiros de concelhos vizinhos) e as Forças Armadas. Todas estas entidades que operam a nível distrital e/ou municipal ficarão responsáveis por apoiar o INEM, quando solicitado, nas ações de serviços médicos e transportes de vítimas em caso de emergência. O INEM deverá articular-se com o sistema nacional de proteção civil para acionar meios adicionais de apoio, nomeadamente através do CDOS de Leiria, a nível distrital, e através da CMPC a nível municipal.

Os Postos de Triagem das Vítimas (PTV) podem ser colocados em estruturas fixas (ex. centro de saúdes) ou temporárias (ex. tendas campanha). Os PTV temporários devem-se localizar em locais amplos e, teoricamente, mais seguros face à ocorrência de um acidente grave ou catástrofe. Assim, estes poderão ser montados em locais como a Escola EB 1 de Castanheira de Pera e a Praça da Notabilidade.

Compete à Autoridade de Saúde Municipal a direção das ações de controlo ambiental, de controlo de doenças e da qualidade dos bens essenciais.

8. SOCORRO E SALVAMENTO

No Quadro 26 estão expostos os procedimentos para as operações de socorro e salvamento.

Quadro 25 - Procedimentos para socorro e salvamento

SOCORRO E SALVAMENTO	
RESPONSÁVEL	Comandante Operacional Municipal
SUBSTITUTO	Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ■ Bombeiro Voluntários de Castanheira de Pera ■ GNR ■ INEM ■ SMPC ■ Forças Armadas
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ■ Combate aos incêndios; ■ Evacuação primária das vítimas; ■ Escoramento de estruturas e contenção de fugas e derrames; ■ Assegurar a coordenação das operações de desencarceramento de vítimas; ■ Ações de busca e salvamento de pessoas e bens; ■ Prestar os cuidados primários.

As intervenções iniciais perante um acidente grave ou catástrofe cabem, prioritariamente, às forças mais próximas do local da ocorrência ou que apresentam missão específica mais adequada. De acordo com a legislação aplicável, o chefe da primeira equipa de intervenção assume a função de comandante das operações de socorro. De imediato, deve avaliar o seguinte:

- Situação e identificação do tipo de ocorrência;
- Local e a extensão;
- Número potencial de vítimas;
- Meios de reforço necessários.

As informações recolhidas devem ser comunicadas aos seus centros de coordenação ou de operações e ter em conta o disposto na tabela de gravidade constante na Diretiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007 (Estado de alerta para as organizações integrantes do SIOPS), em que o grau de gravidade das ocorrências é tipificado por uma escala de intensidades (residual, reduzida, moderada, acentuada, crítica).

As operações de busca serão efetuadas pelas forças de segurança do município, as quais se poderão apoiar, nesta tarefa, nos corpos de bombeiros, Forças Armadas e em equipas cinotécnicas (por exemplo, para se resgatar vítimas que se encontrem debaixo de escombros causados por sismos, estruturas colapsadas ou derrocadas) da GNR ou Brigada Autónoma de Resgate com Cães (BARC).

As ações de Socorro e Salvamento serão coordenadas pelo COS, recorrendo aos corpos de bombeiros disponíveis e ao INEM (o qual, por sua vez, se deverá articular com as entidades de saúde local).

O corpo de bombeiros será responsável pelas ações de combate a incêndios e pelo desencarceramento de vítimas recorrendo a meios próprios e a meios da Câmara Municipal (solicitados pelo COS à CMPC).

Numa situação de acidente grave ou catástrofe, sempre que seja averiguado um elevado número de feridos, serão montados Postos de triagem, em estruturas fixas (ex. centros de saúde) ou temporárias (ex. tendas de campanha), podendo estes serem acrescidos com outros meios a solicitar à CMPC. Os Postos de Triagem terão por finalidade prestar os primeiros socorros às vítimas e determinar quais as que necessitam de ser imediatamente transferidas para outras instalações de forma a receberem os cuidados médicos necessários.

Toda a informação recolhida no terreno deverá ser comunicada ao Diretor do Plano através do COM, ou diretamente, aos agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio em situação de emergência.

Os procedimentos devem prever os mecanismos de decisão quanto ao momento em que a fase de emergência estabilizou. Esta decisão cabe ao COS, em articulação com o diretor do plano.

Poderá haver uma transferência de comando com vista a satisfazer as necessidades do TO, quando a organização deste amplia ou contrai, quando a responsabilidade primária de gestão do incidente muda entre entidades, quando o incidente se torna mais ou menos complexo ou quando existe rotatividade normal de pessoas.

Sempre que exista a transferência de comando deverá ocorrer um briefing para o próximo comandante e uma notificação a todo o pessoal informando que está a ocorrer uma mudança de comando.

9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS

No Quadro 27 estão referidos os procedimentos para os serviços mortuários.

Quadro 26 – Procedimentos para os serviços mortuários

SERVIÇOS MORTUÁRIOS	
RESPONSÁVEL	Autoridade de Saúde
SUBSTITUTO	Diretor do Centro de Saúde
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de saúde; ▪ BVA ▪ GNR ▪ Câmara Municipal de Castanheira de Pera ▪ Juntas de Freguesia ▪ INMLCF.
PRINCIPAIS FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir o local de reunião de mortos; ▪ Providenciar a criação de casas mortuárias provisórias; ▪ Reunir os mecanismos necessários para a identificação dos mortos; ▪ Manter informada a CMPC dos registos de mortos; ▪ Informar a CMPC de situações que ponham em causa a saúde pública.

Em cenários com elevado número de vítimas, a recolha e o depósito de cadáveres são tarefas muito sensíveis que devem ser levadas a cabo através de procedimentos rigorosos, devido à sua enorme importância dos aspetos que se prendem com a investigação forense, quando, face ao tipo de ocorrência, haja necessidade de a realizar. Esta tarefa deve ser controlada pelas forças de segurança que, para tal, colaboram com a Autoridade de Saúde (que deve designar um médico para estar presente nesta ação).

A recolha dos cadáveres deve ser feita para os locais de reunião de vítimas mortais da área de ocorrência do acidente ou catástrofe, os quais na sua maioria funcionarão como morgues provisórias (Figura 2).

O pavilhão gimnodesportivo também poderá funcionar como morgue provisória, caso este não esteja a ser utilizado para alojamento de desalojados.

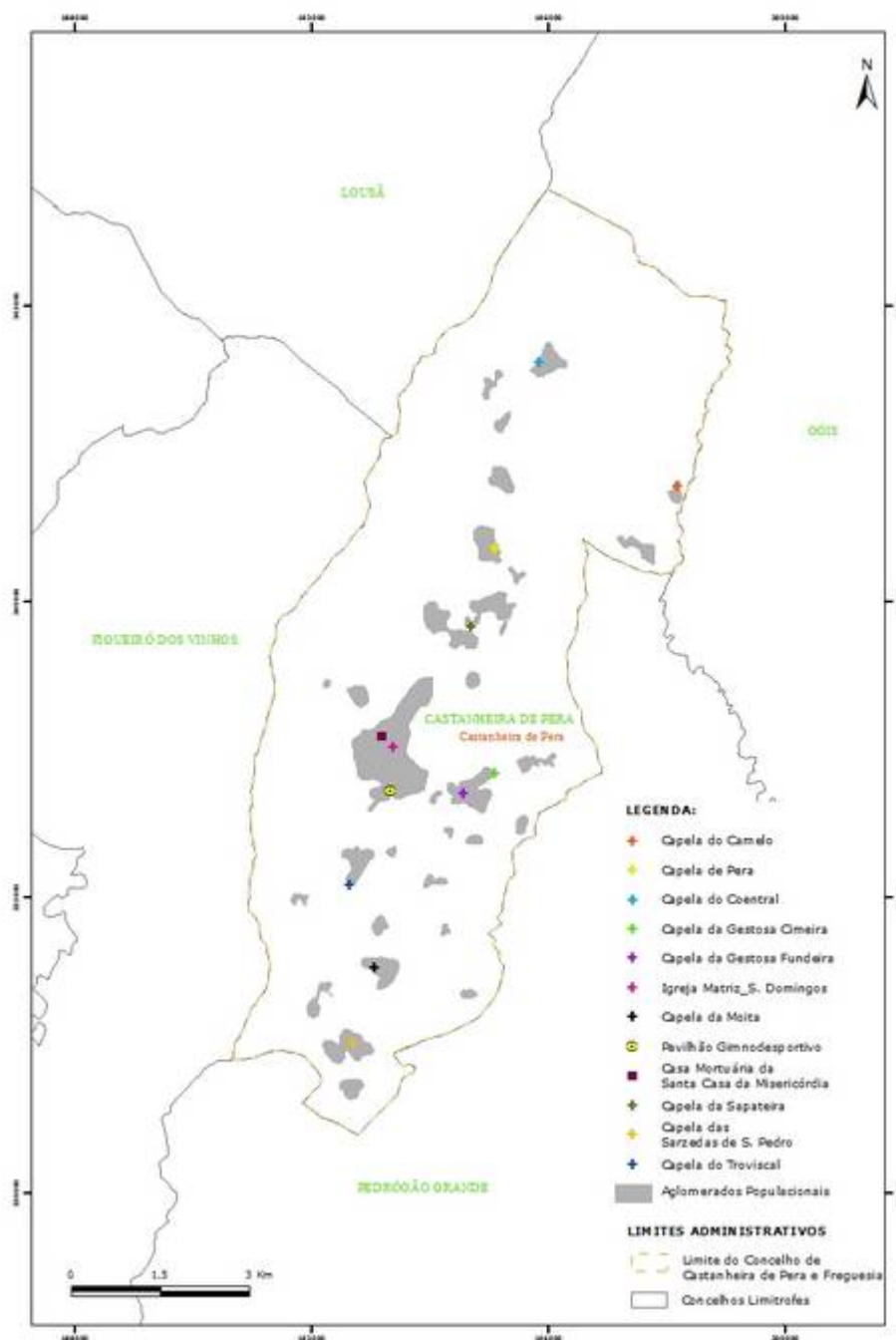


Figura 2 - Locais de reunião de vítimas mortais

Em cenários com elevado número de vítimas, a recolha e o depósito de cadáveres são tarefas muito sensíveis que devem ser levadas a cabo através de procedimentos rigorosos, pois a sua importância é enorme nos aspetos relacionados com a investigação forense, quando, face ao tipo de ocorrência, haja necessidade de a realizar. Esta tarefa deve ser controlada pelas forças de segurança que, para tal,

colaboram com a Autoridade de Saúde (que deve designar um médico para estar presente nesta ação).

Os médicos envolvidos nas ações de mortuária verificam os óbitos dos corpos encontrados e procedem à sua respetiva etiquetagem em colaboração com elementos da PJ ou, em alternativa, das forças de segurança presentes no local. Caso sejam detetados indícios de crime, o oficial mais graduado da força de segurança presente no local poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver.

A autorização de remoção de cadáveres, ou partes de cadáveres, do local onde foram inspecionados até uma zona de reunião de mortos, exista ou não suspeita de crime, cabe ao Ministério Público e é solicitada pelo responsável pelas forças de segurança presentes no local. Esta autorização é transmitida mediante a identificação do elemento policial da força de segurança presente no local, dia, hora e local da remoção, conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime.

A remoção e transporte dos cadáveres é promovida pelas forças de segurança disponíveis, apoiando-se nas viaturas disponíveis pelos corpos de bombeiros e outras entidades competentes para o efeito. Os cadáveres, ou partes de cadáveres, deverão encontrar-se devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados para o efeito, também estes devidamente etiquetados.

As tarefas ligadas às morgues provisórias relacionam-se com o trabalho desenvolvido pelas equipas do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF), que culmina na identificação e entrega dos corpos para serem sepultados.

O local para sepultar em caso de emergência é o cemitério de Castanheira de Pera ou outros locais a definir, caso se considere necessário.

10. PROTOCOLOS

O principal sistema de cooperação diz respeito à ação integrada dos agentes da proteção civil e o município de Castanheira de Pera.

Contudo, este sistema de cooperação não se encontra traduzido num protocolo concreto, existindo uma pré-disposição por parte dos agentes da proteção civil e o município.

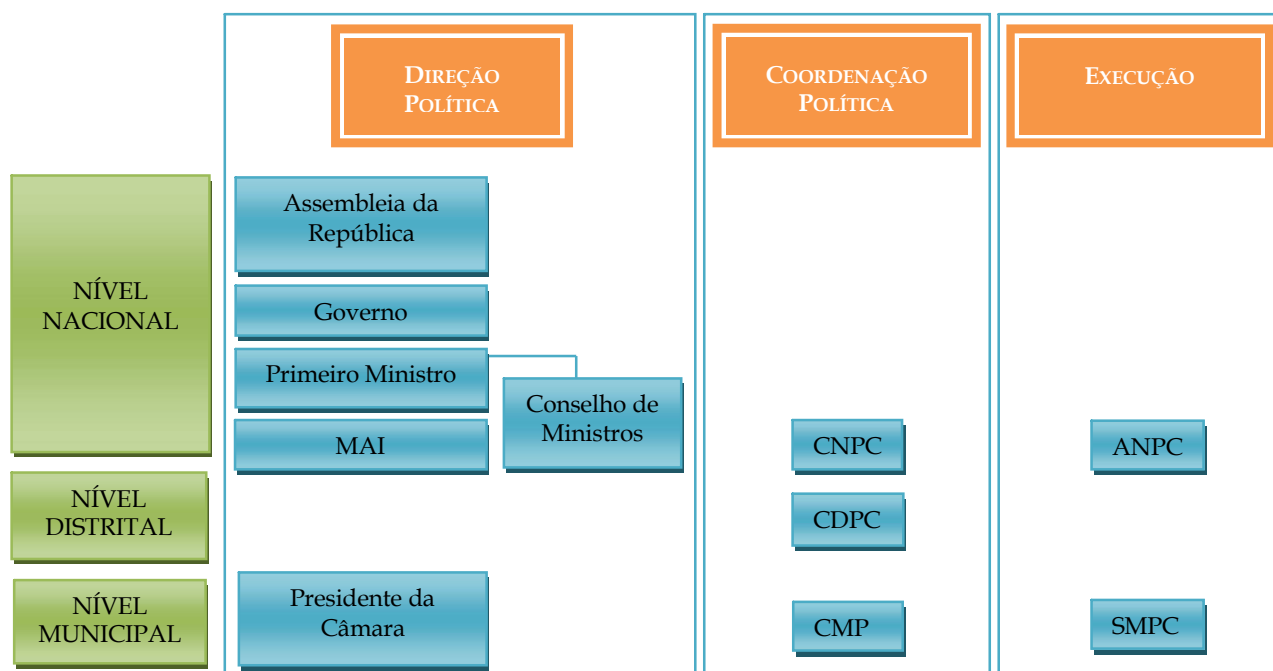
Espera-se que no futuro esta pré-disposição seja traduzida num documento protocolar.

PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

SECÇÃO I

1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

De acordo com o estabelecido na Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho - Lei de Bases da Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, a organização da Proteção Civil em Portugal faz-se segundo a Figura 3.



Legenda: ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil; CDPC – Comissão Distrital de Proteção Civil; CMPC – Comissão Municipal de Proteção Civil; CNPC – Comissão Nacional de Proteção Civil; CODIS – Comando Operacional Distrital; MAI – Ministro da Administração Interna, SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil.

Fonte: “ Diretiva Operacional Nacional n.º2/DECIF” – ANPC (2013)

Figura 3 – Estrutura da Proteção Civil Nacional

OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA PROTEÇÃO CIVIL

De acordo com o nº1, do artigo 2º da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, os objetivos fundamentais da Proteção Civil Municipal são:

- Prevenir no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultantes;
- Atenuar na área do município os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso de ocorrência de acidentes graves ou catástrofes;
- Socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município afetado por acidentes grave ou catástrofe.

DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA ATIVIDADE DA PROTEÇÃO CIVIL MUNICIPAL

Segundo o nº 2, do artigo 2º da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, a atividade de proteção civil municipal exerce-se nos seguintes domínios:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do município;
- Análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco;
- Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;
- Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e a assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no município;
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal;
- Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essencial, como do ambiente e dos recursos naturais existentes no município;

- Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal.

A Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, teve como principal objetivo reorganizar a estrutura de proteção civil a nível nacional, distrital e municipal, de modo a garantir que as diferentes entidades com responsabilidades no âmbito da proteção civil atuam de forma articulada.

1.1. ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL

Em conformidade com a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e o Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (ANPC, 2010), a *estrutura nacional* de proteção civil é constituída por três tipos de órgãos: Direção Política, de Coordenação Política e de Execução, como está representado na figura anterior (Figura 3).

Ao *nível municipal*, compete ao Presidente da Câmara Municipal desencadear, na iminência de acidente grave ou catástrofe, as ações de Proteção Civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.

O Presidente da Câmara Municipal preside à CMPC e é apoiado pelo SMPC e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal.

Os Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) são adequados ao exercício da função de proteção e socorro, variáveis conforme as características da população e

os riscos existentes no município e que quando a dimensão e características do concelho o justificarem, podem incluir os gabinetes técnicos que forem julgados necessários.

O SMPC é dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, com a faculdade de delegação no vereador por si designado.

Compete ao SMPC assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal.

No âmbito dos seus poderes de planeamento e operações, *o SMPC dispõe das seguintes competências:*

- Acompanhar a elaboração e atualizar o plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
- Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- Manter a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;

- Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de Proteção Civil;

- Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.

Nos domínios da prevenção e segurança, *o SMPC é competente para:*

- Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
- Elaborar projetos de regulamentação de prevenção e segurança;
- Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
- Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas aos segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
- Fomentar o voluntariado em Proteção Civil;
- Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que entenda mais adequadas.

No que se refere à matéria da informação pública, *o SMPC dispõe dos seguintes poderes:*

- Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a Proteção Civil;
- Divulgar a missão e estrutura do SMPC;
- Recolher a informação pública emanada das comissões e gabinetes que integram o SMPC destinada à divulgação pública relativa a medidas preventivas ou situações de catástrofe;

- Promover e incentivar ações de divulgação sobre Proteção Civil junto dos munícipes com vista à adoção de medidas de autoproteção;
- Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação;
- Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competências delegadas.

No âmbito florestal, as competências do SMPC podem ser exercidas pelo Gabinete Técnico Florestal.

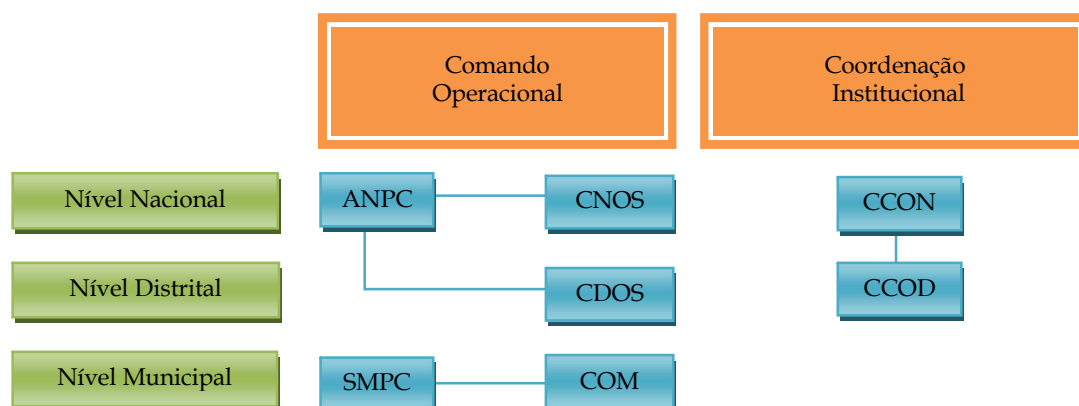
1.2. ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES

Segundo a Lei nº 65/2007 de 12 de novembro, em situação de acidente grave ou catástrofe, e no caso de perigo de ocorrência destes fenómenos, são desencadeadas operações municipais de proteção civil, de harmonia com o PMEPC de Castanheira de Pera, previamente elaborado, com vista a possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar.

O Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de julho, com as alterações do Decreto-Lei nº 72/2013, de 31 de maio define o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) como sendo o conjunto das estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

O SIOPS visa responder perante situações de iminência ou ocorrência de um acidente grave ou uma catástrofe. O princípio do comando único assenta nas duas

dimensões do Sistema, a da coordenação institucional e a do comando operacional
Figura 4.



Legenda: ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil; CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital; CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional; CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro; CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro; COM - Comandante Operacional Municipal; SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil.

Fonte: "Adaptado de Cadernos Técnicos PROCIV 3" - ANPC (2008)

Figura 4 - Estrutura das operações a nível nacional

Ao *nível municipal*, os municípios são dotados de um Serviço Municipal de Proteção Civil, responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal. A sua composição e competências foram já descritas no ponto anterior, referente à estrutura da proteção civil ao nível municipal.

Em cada município há um Comandante Operacional Municipal (COM), o qual depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal, a quem compete a sua nomeação, não existindo atualmente um COM nomeado.

O COM atua exclusivamente no âmbito territorial do respetivo município e é nomeado de entre o universo de recrutamento que a lei define para os comandantes operacionais distritais.

Compete ao COM:

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;

- Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com o comandante do corpo de bombeiros;
- Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara, o COM mantém permanente ligação de articulação operacional com o comandante operacional distrital.

Excecionalmente, quando justificado pela amplitude e urgência de socorro, o CON pode articular-se operacionalmente com o COM.

2. MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL

Com o objetivo de garantir a operacionalidade e coordenação dos agentes de proteção civil, essenciais para uma resposta rápida e eficiente em situações de emergência, e uma efetiva prevenção de riscos, a Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, prevê a criação de CMPC. Em caso de emergência, ou na sua iminência, compete à CMPC ativar o respetivo plano de emergência que compreende, entre outros elementos, a estrutura organizacional dos diferentes agentes de proteção civil.

2.1. COMPOSIÇÃO, CONVOCAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Em cada Município existe uma CMPC, organismo que assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

A Comissão Municipal de proteção Civil será convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera ou pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, caso, por algum motivo se encontre impossibilitado de exercer as suas funções.

Definiu-se que a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) se reunirá ordinariamente, 4 vezes por ano, sendo convocada através de ofício. A forma de convocação extraordinária da Comissão associada à ativação de alerta municipal ou de ativação do PMEPCCP deverá ser realizada através do contato via telefónica (rede fixa ou móvel).

As entidades que integram a CMPC, bem como as competências desta Comissão, estão descritas no Quadro 28.

Quadro 27 – Comissão Municipal de Proteção Civil de Castanheira de Pera

CONVOCAÇÃO	Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera
COMPOSIÇÃO	<p>1 - Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, que preside;</p> <p>2 - Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera;</p> <p>3 - Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana de Castanheira de Pera;</p> <p>4 - Autoridade de Saúde Municipal;</p> <p>5 - Responsável/Coordenador do Centro de Saúde de Castanheira de Pera;</p> <p>7 - Representante dos Serviços de Segurança Social e Solidariedade;</p> <p>8 - Representante da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral;</p> <p>9 - Representante GTF;</p> <p>10 - Representante da Assembleia de Compartes dos Baldios de Castanheira de Pera;</p> <p>11 - Representante da Assembleia de Compartes dos Baldios do Coentral;</p> <p>12 - Representante da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera;</p> <p>13 - Representante do Agrupamento de Escolas e Jardim-de-infância de Castanheira de Pera.</p>
COMPETÊNCIAS	<p>a) Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela CNPC e acompanhar a sua execução;</p> <p>b) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;</p> <p>c) Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;</p> <p>d) Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;</p> <p>e) Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.</p>

2.2. CRITÉRIOS E ÂMBITO PARA A DECLARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE ALERTA, CONTINGÊNCIA OU CALAMIDADE

As declarações de situações de alerta, contingência ou calamidade são mecanismos à disposição das autoridades políticas de proteção civil para potenciar a adoção de a desencadear na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe. Tal declaração é realizada de acordo com a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos atuais ou potenciais.

Os critérios e âmbito em que ocorre a declaração das situações de alerta encontram-se definidos na Lei de Bases da Proteção Civil - Lei nº27/2006, de 3 julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º1/2011, de 30 de novembro, e são apresentados no Quadro 29.

Quadro 28 – Critérios e âmbito para a declaração de situação de alerta

DESCRIÇÃO	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA
QUANDO SE DECLARA	Face à ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas ou medidas especiais de reação. A declaração de situação de alerta de âmbito municipal tem por base a análise do grau de probabilidade da ocorrência e o grau de gravidade previsto ou verificado da mesma. Sempre que o Grau de gravidade seja moderado e o grau de probabilidade seja elevado ou confirmado deverá declarar-se a situação de alerta de âmbito municipal.
QUEM TEM COMPETÊNCIA PARA DECLARAR	Cabe ao Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera declarar a situação de alerta de âmbito municipal. Ao Comandante Operacional Distrital compete a declaração da situação de alerta, no todo ou em parte do seu âmbito territorial de competência, precedida da audição, sempre que possível, dos Presidentes de Câmaras dos municípios abrangidos. O Ministro da Administração Interna pode declarar a situação de alerta para a totalidade do território nacional ou com o âmbito circunscrito a uma parcela do território nacional.
O QUE DEVE MENCIONAR O ATO DE DECLARAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A natureza do acontecimento que originou a situação declarada; ▪ O âmbito temporal e territorial; ▪ A estrutura de coordenação e controlo dos meios e recursos a disponibilizar.

(Con.) Quadro 29 – Critérios e âmbito para a declaração de situação de alerta

DESCRIÇÃO	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ALERTA
QUE OUTROS PROCEDIMENTOS DEVE- M SER SEGUIDOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A obrigatoriedade de convocação, consoante o âmbito, das comissões municipais, distritais ou nacional de proteção civil; ▪ O estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos recursos a utilizar; ▪ O estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança; ▪ A adoção de medidas preventivas adequadas à ocorrência; ▪ A obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação.

Importa salientar que a declaração de situação de alerta de âmbito municipal não implica necessariamente a ativação do PMEPC de Castanheira de Pera. Por outro lado, a ativação do PMEPC de Castanheira de Pera não conduz à obrigatoriedade de se proceder à declaração da situação de alerta de âmbito municipal por parte do Presidente da Câmara.

2.3. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO

Os sistemas de monitorização deverão proporcionar uma eficaz vigilância, um rápido alerta aos agentes de proteção civil, bem como um adequado aviso à população, de forma a prevenir situações de risco de origem natural, garantindo que, na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, tanto as entidades intervenientes no plano como as populações vulneráveis tenham a capacidade de agir de modo a salvaguardar vidas e a proteger bens.

Estes sistemas são compostos por um conjunto organizado de recursos humanos e de meios técnicos, que permitem a vigilância, o acompanhamento e a avaliação contínua do desenvolvimento de um processo ou fenómeno, visando garantir respostas adequadas e oportunas. Os sistemas de monitorização em uso são diferentes conforme as tipologias de risco.

2.3.1. Monitorização

A monitorização do PMEPC assume uma elevada importância, pois é um procedimento que irá permitir acompanhar e controlar o plano, identificando eventuais desvios face ao que foi inicialmente previsto.

Deste modo deve ser efetuado um histórico de todos os riscos ocorridos no concelho após a implementação do plano, com o intuito de perceber a alteração de vulnerabilidade de determinado local à ocorrência de um risco.

Outro aspeto importante a considerar na monitorização, é a possibilidade de estabelecer cenários futuros, nomeadamente através de um acompanhamento da situação meteorológica, e deste modo antecipar a ocorrência de determinado risco e tomar as medidas preventivas respetivas.

Assim, o Serviço Municipal de Proteção Civil deve fazer um levantamento periódico de alterações consideradas importantes para o plano que tenham ocorrido em locais identificados como sendo de risco.

Existem ainda o sistema de monitorização externo, que emite comunicados, nomeadamente o Sistema de Avisos Meteorológicos do Instituto de Meteorologia.

➤ Sistema de Avisos Meteorológicos

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) mantém e desenvolve sistemas de monitorização, informação e vigilância meteorológica, sismológica e biológica e emite avisos meteorológicos sempre que se prevê ou se observam fenómenos meteorológicos adversos, às entidades públicas e privadas. Esta entidade dispõe de uma rede de estações meteorológicas e de postos udométricos distribuídos pelo país de modo a proceder à monitorização climatológica, nomeadamente, vento, precipitação, queda de neve, trovoadas, frio, calor, nevoeiro e agitação marítima.

O Sistema de Avisos Meteorológicos tem por objetivo avisar as Autoridades de Proteção Civil, a Direção Geral de Saúde e a população em geral para a ocorrência de situações meteorológicas de risco, que nas próximas 24 horas possam causar danos ou prejuízos a diferentes níveis, dependendo da sua intensidade.

Os Avisos são emitidos à escala distrital para diferentes parâmetros meteorológicas, segundo uma tabela de cores, que reflete o grau de intensidade do fenómeno. As cores dos avisos devem ser interpretadas conforme apresentado na Quadro 30.

Quadro 29 – Cores dos avisos meteorológicos, utilizados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera

COR DO AVISO	CONSIDERAÇÕES CONSOANTE A COR DO AVISO
VERDE	Não se prevê nenhuma situação meteorológica de risco
AMARELO	Situação de risco para determinadas atividades dependentes da situação meteorológica. Acompanhar a evolução das condições meteorológicas.
LARANJA	Situação meteorológica de risco moderado a elevado. Manter-se ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC.
VERMELHO	Situação meteorológica de risco extremo. Manter-se regularmente ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC

O Instituto de Meteorologia emite avisos em relação aos seguintes parâmetros: vento forte, precipitação forte, queda de neve, trovoada, frio, calor, nevoeiro persistente e agitação marítima.

Tendo em conta as diferentes características dos fenómenos meteorológicos, incidência e efeitos causados, foram estabelecidos critérios de emissão para cada situação.

No caso de se emitir Aviso para dois ou mais parâmetros meteorológicos distintos, por exemplo, vento e precipitação que tenham diferentes níveis de Aviso, o distrito aparecerá com a cor referente ao parâmetro que tem o risco mais elevado e com o respetivo pictograma.

O Quadro 31 apresenta-se os critérios de emissão dos avisos meteorológicos, utilizados pelo Instituto de Meteorologia.

Quadro 30 – Critérios de emissão dos avisos meteorológicos, utilizados pelo IPMA

VARIÁVEL CLIMÁTICA	PARÂMETRO	AVISO METEOROLÓGICO			UNIDADES	NOTAS
		AMARELO	LARANJA	VERMELHO		
VENTO	Rajada máxima do vento	70-90	91-130	> 130	Km/h	
		90-110	111-130	> 130	Km/h	Nas terras altas
PRECIPITAÇÃO	Chuva/Aguaceiros	10-20	21-40	> 40	mm/1h	Milímetros numa hora
		30-40	41-60	> 60	mm/6h	Milímetros em 6 horas
NEVE	Queda de neve	5-10	11-100	> 100	cm	Cota (altitude > 1000m)
		1-5	6-30	> 30	cm	Cota (altitude < 1000m)
TROVOADA	Descargas elétricas	Frequentes e dispersas	Frequentes e concentradas	Muito frequentes e excessivamente concentradas		
NEVOEIRO	Visibilidade	*≥ 48h	*≥ 72h	*≥ 96h		*- duração
TEMPO QUENTE	Temperatura máxima	31 a 35*	36 a 40*	> 40*	°C	* - duração ≥ 48 horas
TEMPO FRIO	Temperatura mínima	-1 a -3*	-4 a -6*	< -6*	°C	* - duração ≥ 48 horas
AGITAÇÃO MARÍTIMA	Altura significativa das ondas	4 a 5	5 a 7	> 7		
		2 a 3	3 a 5	> 5	m	Com ondulação de Sueste na Costa Sul do Algarve

Relativamente ao índice meteorológico de risco de incêndio, o IPMA utiliza o sistema canadiano FWI (Fire Weather Index). Através da utilização deste índice é possível estimar um risco de incêndio a partir do estado de secura dos diversos combustíveis presentes no solo florestal, sendo este determinado indiretamente através das observações de elementos meteorológicos.

O índice final FWI é distribuído segundo a escala distrital de risco de incêndio por um conjunto de cinco classes de risco: Reduzido, Moderado, Elevado, Muito Elevado e Máximo, que correspondem à escala utilizada durante a época de Verão dos incêndios florestais, período crítico.

A divulgação dos avisos meteorológicos à população em geral é realizada pelo IPMA através da sua página de internet (<http://www.ipma.pt>) e na página Web de avisos meteorológicos para a Europa, o Meteoalarm (<http://www.meteoalarm.eu/>), que constitui o projeto dos Serviços Meteorológicos Europeus concebido e implementado para alertar os cidadãos e autoridades para situações meteorológicas adversas.

Perante a emissão de avisos meteorológicos deverão ser consultadas as recomendações e medidas de autoproteção difundidas pela ANPC e, no caso de situação de frio ou de calor, também a Direcção-Geral da Saúde (DGS).

➤ **Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV)**

O principal mecanismo organizado de vigilância e deteção de incêndios florestais é a RNPV – Rede Nacional de Postos de Vigia, constituída por um total de 237 Postos de Vigia e coordenada a nível distrital pelo respetivo Centro de Prevenção e Deteção (CPD). Atualmente, o CPD funciona no período de Maio a Setembro no CDOS correspondente.

A Guarda Nacional Republicana (GNR) é a entidade responsável pela RNPV, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, em que foi aprovado o PNDFCI, e que atribuiu ao SEPNA a competência para delinear os circuitos de vigilância e fiscalização, tendo em consideração o mapa de intervisibilidade dos postos de vigia (rede fixa).

A vigilância e deteção de incêndios é uma operação essencial em qualquer sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, permitindo a rápida deteção de incêndios e consequentemente a possibilidade de efetuar o combate numa fase inicial. Desta forma, diminui-se a probabilidade de um incêndio tomar proporções incontrolláveis, o que se traduz na diminuição da área ardida e na redução dos meios de combate necessários para a sua supressão.

De acordo com o PMDFCI de Castanheira de Pera, o concelho de é abrangido por 4 postos de vigia, dois no concelho de Castanheira de Pera: Ortiga e Santo António da Neve; um do concelho de Pedrógão: Muro e outro do concelho de Figueiró dos Vinhos: Alto do Pião.

2.3.2. Alertas

No âmbito da monitorização e gestão do risco e da emergência, a organização do SIOPS é flexível e diferenciada, face à tipologia dos sinistros, intensidade das consequências destes, bem como do grau necessário de prontidão e mobilização das estruturas, forças e unidades de proteção e socorro.

Nesse sentido, o SIOPS organiza-se e funciona de forma distinta, em conformidade com o estado de alerta ativado: Estado Normal; Estado de Alerta Especial.

Cada um dos estados de alerta especial para o SIOPS, mencionados no Quadro 32 é ativado com base na matriz de risco, elaborada a partir da relação entre o grau de gravidade/intensidade e o grau de probabilidade/frequência associados ao evento.

Quadro 31 – Estados de alerta do SIOPS

ESTADO DE ALERTA NORMAL
VERDE
É improvável a ocorrência de fenómenos que representem danos para pessoas e bens. Situação de normalidade em que o dispositivo de Proteção Civil desenvolve atividades de rotina e monitorização.

(Cont.) Quadro 32 – Estados de alerta do SIOPS

ESTADO DE ALERTA ESPECIAL
AZUL Os serviços devem garantir uma prontidão imediata de 10% do seu efetivo
Existência de condições para ocorrência de fenómenos com dimensão e magnitude normais. O dispositivo de Proteção Civil reforça a monitorização, intensificando as ações preparatórias para as tarefas de redução dos efeitos negativos dos eventos previstos. As pessoas devem manter-se informadas sobre o evoluir da situação.
AMARELO Os serviços devem garantir uma prontidão de 25% do seu efetivo até duas horas
Previsibilidade de ocorrência de fenómenos que não sendo invulgares, podem representar um dano potencial para pessoas e bens. O dispositivo de Proteção Civil reforça as atividades de monitorização e vigilância da situação e intensifica as ações preparatórias para as tarefas de intervenção. As pessoas devem manter-se informadas acerca das situações previstas, adotando as medidas de prevenção e adequação das suas atividades e comportamentos de modo a não correr perigos desnecessários.
LARANJA Prontidão a seis horas de 50% do efetivo
Situação de perigo, com condições para a ocorrência de fenómenos invulgares que podem causar danos a pessoas e bens, colocando em causa a sua segurança. O dispositivo de Proteção Civil reforça as medidas que garantam um estado de prontidão elevado para a intervenção. As pessoas devem manter-se vigilantes e informar-se permanentemente sobre a situação, inteirando-se dos possíveis perigos. Devem adotar as medidas de prevenção, precaução e autoproteção indispensáveis, e adequar os seus comportamentos de modo a não se colocarem em risco. Devem-se seguir as informações e recomendações das Autoridades.
VERMELHO Prontidão a 12 horas de 100% do efetivo
Situação de perigo extremo, com a possibilidade da ocorrência de fenómenos de intensidade excecional, dos quais é muito provável que resultem danos muito relevantes e uma redução muito significativa da segurança das pessoas, podendo ameaçar a sua integridade física ou mesmo a vida, numa vasta área. O dispositivo de Proteção Civil tem mobilização geral. As pessoas devem manter-se permanentemente informadas, adotando as medidas de prevenção, precaução e autoproteção imprescindíveis e adequar constantemente os seus comportamentos à situação em curso. Devem seguir, em todas as circunstâncias, as instruções das Autoridades e estar preparados para a possibilidade da determinação de medidas de emergência.

2.3.3. Avisos

Os sistemas para aviso à população referem-se a procedimentos de aviso e a mecanismos de informação e formação, com vista à sensibilização em matéria de autoproteção das populações e de colaboração com as autoridades. Os avisos contemplam a seguinte informação às comunidades locais:

- As zonas potencialmente afetadas;
- Os itinerários de evacuação;
- Os locais de abrigo onde se devem dirigir e o que devem levar consigo;
- Outras medidas de proteção da sua segurança pessoal e dos seus bens (medidas de autoproteção).

No que respeita aos sistemas de aviso, existem diversos dispositivos para o efeito, nomeadamente, sirenes, internet, viaturas com megafones, estação de rádio local e televisão (como previsto na parte III – ponto 4.3).

O uso de megafones deverá ser feito através da utilização de carros, para auxiliar a cobertura de maiores áreas num menor espaço de tempo. A estação de rádio local, Radio S. Miguel de Castanheira de Pera, ou mesmo de televisão, podem também ser utilizadas para uma rápida difusão do aviso uma vez que se trata de um meio de comunicação abrangente.

Outro meio de difundir o aviso rapidamente é através da página da internet da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (<http://www.cm-castanheiradepera.pt/>) e recorrendo a editais.